

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

ARTHUR GUIMARÃES LIMA

**A propagação de *fake news* e seus impactos: um estudo sobre a onda conservadora na política ocidental contemporânea**

São Paulo  
2019

ARTHUR GUIMARÃES LIMA

**A propagação de *fake news* e seus impactos: um estudo sobre a onda conservadora na política ocidental contemporânea**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Lima, Arthur Guimarães

A propagação de fake news e seus impactos: Um estudo sobre a onda conservadora na política ocidental contemporânea / Arthur Guimarães Lima ; orientador, Luis Alberto de Farias . -- São Paulo, 2019.  
52 p.

Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo/Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. Fake News 2. Opinião Pública 3. Política 4. Mídias Sociais I. de Farias , Luis Alberto II. Título.

CDD 21.ed. - 659.2

---

**ARTHUR GUIMARÃES LIMA**

**A propagação de *fake news* e seus impactos: um estudo sobre a onda conservadora na política ocidental contemporânea**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas ao Departamento de Relações Públicas, Publicidade e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

Orientadora: Prof. Dr. Luiz Alberto de Farias

---

Membro Titular

---

Membro Titular

Local: Universidade de São Paulo — Escola de Comunicações e Artes

## AGRADECIMENTOS

À minha família, sobretudo aos meus avós, Ambrosio e Marluce, por tanto me apoiarem, acreditarem em mim, me darem a base que eu tanto precisei e tanto usufruí em todos esses anos de estudo, desde o fundamental até agora. Obrigado por toda a ajuda, pelo amor incondicional e por estarem sempre ao meu lado.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, bons e ruins, que me ensinou a ser o homem que sou hoje em dia, que segue junto comigo, independentemente de onde eu estiver, muito obrigado por ser esta mulher forte, sonhadora e carinhosa.

Aos amigos que cresceram comigo, que passaram por todos os processos nos anos que antecederam a universidade, muito obrigado pelas tardes juntos, pelas experiências vividas juntas, por tornar dias difíceis mais leves.

Aos amigos da Universidade de São Paulo, vocês representam a família que eu não tenho aqui, obrigado por me acolherem de braços abertos, por todos os momentos vividos e os que ainda virão, levo vocês no coração todos os dias. Todos e todas contribuíram de alguma forma para que eu me tornasse quem sou hoje em dia.

A Kenji, Mansur, Doug e Gabriel, que além de amigos de universidade, colegas de trabalho na ECA Jr. e *roomies* de apartamento se transformaram nos melhores amigos que eu poderia ter aqui. Obrigado por estarem presentes todos os dias, nos momentos de alegria e nos momentos de tristeza, pelas inúmeras conversas, pelos abraços, por me ouvirem. Meu amor por vocês dá voltas por esse mundo.

Aos profissionais que passaram por mim até agora, aos estágios, aos empregos, aos eventos, obrigado por me mostrar que ainda existe um longo caminho a ser seguido, mas que nenhuma ansiedade vale a caminhada e que seguir com foco e coragem vale por tudo no fim.

À Escola de Comunicações e Artes, nossa querida ECA, que tanto me ensinou nesses cinco anos em que estive caminhando pelos corredores, obrigado de coração por ter me proporcionado os melhores anos da minha vida até agora, e obrigado por me ajudar a evoluir como aluno, como profissional e como pessoa.

Ao professor Luiz Alberto, pela dedicação, pela paciência e pelo carinho ao me acompanhar tanto nas aulas da graduação como em toda a orientação para o trabalho de conclusão de curso. Obrigado pelos diversos ensinamentos, pela inspiração e atenção dada nestes anos todos.

E, por fim, a todas as pessoas que passaram pela minha vida até agora, que de alguma forma me ajudaram a ser um ser humano melhor, a ouvir, a questionar, a me preocupar, a me conhecer melhor e a não ter medo de ir, seja para onde for. Obrigado por tudo.

## RESUMO

LIMA, Arthur Guimarães. **A propagação de *fake news* e seus impactos**: um estudo sobre a onda conservadora na política ocidental contemporânea. 2019. 52 f. Dissertação (Bacharelado em Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Com os avanços tecnológicos, a propagação de informações de fontes duvidosas cresceu. O WhatsApp, uma das redes sociais mais utilizadas no Brasil, é peça-chave no poder que as *fake news* têm perante a esfera comunicacional. Os impactos foram sentidos nos últimos anos nas eleições no Ocidente: ataques diretos entre candidatos, *bots* programados para espalhar mentiras e vazamentos de informações a nível federal. Este é o cenário da política contemporânea em países como Estados Unidos, Inglaterra, Polônia e Brasil, entre outros.

**Palavras-chave:** Notícias Falsas; Mídia; Opinião Pública; Política; Conservadorismo; Tecnologia; Comunicação; Linguagem.

## ABSTRACT

LIMA, Arthur Guimarães. The proliferation of *fake news* and its impacts: a study about the conservative wave in the contemporary western politics. 2019. 51 f. Dissertation (Bachelor Degree in Social Communication with Habilitation in Public Relations). School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

With technological advances, the spread of information from questionable sources has grown. WhatsApp, one of the most used social networks in Brazil, is a key piece in the power that *fake news* has in the communicational sphere. The impacts were felt in recent years by the elections in the western civilization. Direct attacks between candidates, *bots* scheduled to spread lies and information leaks at a federal level. This is the scenario of contemporary politics in countries such as United States, England, Poland and Brazil.

**Keywords:** Fake News; Media; Public Opinion; Politics; Conservatism; Technology; Communication; Language.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO PROPAGADORES DE NOTÍCIAS FALSAS.....</b>	<b>10</b>
<b>3 A ONDA CONSERVADORA INVADE O OCIDENTE.....</b>	<b>14</b>
<b>3.1. A política europeia e o conservadorismo nos dias de hoje.....</b>	<b>14</b>
<b>3.2. Opiniões voláteis: de onde vêm.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3. O papel das tecnologias nas democracias contemporâneas.....</b>	<b>26</b>
<b>4 UM POUCO MAIS AO SUL DO ATLÂNTICO.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1. Aqui dentro.....</b>	<b>32</b>
<b>4.2. Bolsonaro e a máquina de mentiras.....</b>	<b>36</b>
<b>4.3. As eleições presidenciais de 2018.....</b>	<b>41</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>49</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Tecnologia e política parecem ter firmado uma amizade duradoura desde o século XVIII, seja por meio dos jornais, folhetins ou panfletos de partidos políticos que, com os avanços das revoluções industriais, se disseminaram em uma escala quase industrial de produção de conteúdo.

A era do rádio virou tudo de ponta-cabeça, mais uma vez alterando e ampliando a proporção das informações que eram divulgadas. Nos anos 1920 e 1930, os regimes nazifascistas mostraram certa engenhosidade ao se promover através dos programas de rádio pela Europa. Do outro lado, a então União Soviética também desempenhava, por meio do rádio, um papel importante na propagação e sustentação de seu regime. Nos Estados Unidos, os programas de rádio estavam no lar de qualquer norte-americano minimamente preocupado com o futuro de seu país ante a ameaça nazista e comunista. No Brasil, Vargas entrava nas casas das famílias brasileiras do café da manhã até a hora do jantar.

Os regimes ditatoriais dos anos 1960 e 1970 que foram instaurados pela América Latina acompanharam o advento da televisão, que chegou em tempos diferentes em cada país, mas já no ambiente da censura. Programas famosos no Brasil, como *Jornal Nacional* e *Hora do Brasil*, traziam apenas um lado do que na verdade era uma grande mistura de acontecimentos pelo país. Ao mesmo tempo, a televisão também foi palco importante de grandes feitos políticos do século XX, como a transmissão da queda do Muro de Berlim, em 1989, ou mesmo a campanha do “Não”, que pôs fim ao regime militar no Chile instaurado por Augusto Pinochet.

Com a internet, tudo mudou novamente. Grupos que antes não tinham voz ou visibilidade para mostrar suas opiniões ganharam cada vez mais espaço, de grupos no MSN e no MySpace, passando por comunidades no Orkut com seguidores diversos, até chegar aos eventos com mais de 5 mil pessoas organizados no Facebook, aos grupos no WhatsApp e a correntes pelos *stories* do Instagram. É fato que as redes sociais ampliaram a voz de diversas pessoas pelo planeta (ainda não 100% conectado à rede, mas caminhando para isso).

Visando a uma melhor explanação dos efeitos da tecnologia na política do século XXI, tem-se aqui como estudo o entendimento de *fake news*, bem como a análise da sua propagação pelas redes sociais e o impacto gerado pelo trabalho de desinformação dessas “notícias falsas”. As peças-chaves do estudo baseiam-se em entender o papel dos meios de comunicação digitais em sua relação com as *fake news*, traçar um paralelo com a guinada conservadora que tem tomado a política ocidental nos últimos anos (e entender de onde vem

essas opiniões tão bem embasadas e sustentadas hoje em dia) e entender os efeitos dessa onda na política brasileira, bem como o impacto das *fake news* nas eleições.

Este trabalho de conclusão de curso está dividido em três capítulos. O primeiro passa por uma análise do papel que os meios de comunicação têm perante a propagação de *fake news*, tratando de opinião pública e reputação e chegando à época da pós-verdade. O segundo pretende discorrer sobre o desenvolvimento do conservadorismo e sua ramificação para fins mais radicais na política, indo desde os anos da Revolução Francesa até as eleições europeias e norte-americanas. O terceiro é um estudo de caso que permeia nossa realidade, onde será analisado o avanço de pensamentos conservadores e radicais na política brasileira, bem como o impacto das *fake news* no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

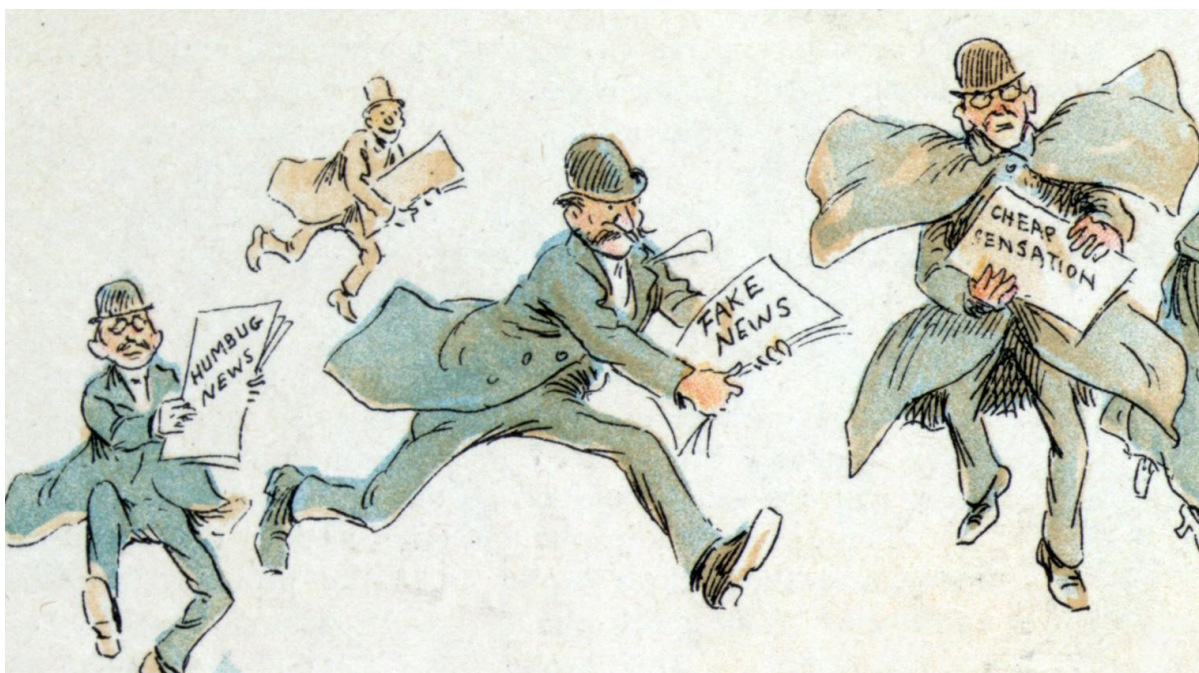
Partindo de questões particulares e buscando compreender melhor os acontecimentos recentes na política brasileira, este estudo tem caráter exploratório e levantará questões de pesquisa para reflexões posteriores.

## 2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO PROPAGADORES DE NOTÍCIAS FALSAS

O alcance dos meios de comunicação digitais certamente deu voz a grupos que antes tinham sua atuação restrita. Grupos sociais que antes se digladiavam para conseguir atingir minimamente seus públicos-alvo hoje o fazem com um disparo de mensagens pelo WhatsApp, um evento criado e compartilhado no Facebook ou mesmo uma *live* no Instagram. É fato que aquele que detém as informações que circulam pelas redes sociais detém também o poder de controlar o que circula nesses meios. E sempre foi assim.

Os grandes periódicos do século XIX já enfrentavam a dificuldade de apurar os fatos em suas notícias. Na segunda metade do século, dois jornais norte-americanos brigavam para ver quem acertava mais nas manchetes do dia: o *New York World*, do jornalista Joseph Pulitzer, e *New York Journal*, de William Randolph Hearst. A briga afetou, por exemplo, a comunicação dos feitos da Guerra Hispano-Americana (1898).

Figura 1 – O dono do jornal no fim do século



Fonte: <[www.loc.gov/resource/ppmsca.29087/](http://www.loc.gov/resource/ppmsca.29087/)>. Acesso em: out. 2019.

No século seguinte, durante a Primeira Guerra Mundial, uma notícia falsa foi divulgada, alegando que o Exército alemão possuía unidades de “fábricas alemãs de cadáveres”. O boato era que o exército do Kaiser recolhia os corpos dos mortos em campo de

batalha e os processava em gordura para a confecção de nitroglicerina, doces, sabão, lubrificantes e graxa de sapato. A divulgação dessa notícia falsa começou em 1915, quando o periódico de língua inglesa *North China Daily News* a publicou, alegando veracidade, na esperança de convencer a China a se unir contra as forças do Eixo. A repercussão afetou, anos mais tarde, a recepção dos horrores que foram cometidos nos campos de concentração da Alemanha de Hitler ou mesmo os relatos dos soldados norte-americanos que liberaram Dachau; a população tendo certa dificuldade em acreditar nas notícias.

No período entre guerras (1919-1938), o rádio teve papel essencial na propagação de mensagens diversas pela sociedade ocidental, sobretudo no âmbito político. Quem detinha as estações detinha também o poder de influenciar massas, uma vez que qualquer mensagem falada alcançava milhares de ouvintes.

Um caso clássico aconteceu nos Estados Unidos. Orson Welles, então comentarista de um programa de rádio no ano de 1938, quebrou e adaptou o livro *A Guerra dos Mundos* (1898), de H. G. Wells, em boletins falados. Embora a introdução do programa tenha seguido o tom de um *drama radio*, a transmissão causou pânico em massa na população, tendo levado Orson a ser investigado. Esse caso é uma demonstração inicial da dependência da sociedade perante informações e o consumo de mídia.

O avanço do rádio seguiu o avanço do conservadorismo e extremismo de direita no mundo ocidental. Personalidades como Franklin Roosevelt, Getúlio Vargas, Josef Stalin, Benito Mussolini e Adolf Hitler estavam presentes nas casas de todas as famílias que possuíam o aparelho. Isso aumentou o alcance dos ideais que cada personalidade política pregava tanto no período entre guerras mundiais quanto durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Até que, nos anos 1990, a internet traz mais uma revolução, não só no campo da tecnologia, mas também da comunicação. O planeta fica mais uma vez “pequeno”, tendo a humanidade adquirido velocidade e eficiência na troca de informações entre as mais diversas sociedades. A internet é finalmente aberta para o público. Seu crescimento foi exponencial, tanto em alcance quanto em quantidade de informação e conteúdo. Em paralelo, a internet se tornou o espaço perfeito para informações falsas, feitas por qualquer tipo de canal, meio ou veículo. Para contextualizar, se faz interessante a separação dos três.

O termo “canal” faz referência a como a mensagem será transmitida para os diversos públicos, podendo variar entre canais impressos, analógicos e digitais. Os meios de comunicação, por sua vez, são uma subdivisão dentro dos canais. Entre os impressos, por exemplos, os meios poderiam se dividir em jornal, *flyer*, banner e livro. Por fim, os veículos

são a subdivisão dos meios, representando a fonte das informações, que chega ao final do funil com o público-alvo.

Nos dias de hoje, as *fake news* saltaram do meio e-mail para as redes sociais. Com aproximadamente 7,6 bilhões de pessoas no mundo, em torno de 4 bilhões têm acesso à internet e 2,9 bilhões são usuárias de redes sociais, sendo que as mais utilizadas são Facebook, WhatsApp, Instagram, WeChat e YouTube.

Quando unimos esses dados à propagação de notícias falsas, as estatísticas ainda impressionam. O Brasil, por exemplo, é o país em que mais pessoas acreditam em *fake news* (segundo a pesquisa do instituto Ipsos, 62% dos brasileiros admitiram ter acreditado em alguma notícia sem verificar as informações ou mesmo sua origem). O mesmo número (62%) representa o percentual de brasileiros que estão ativos nas redes sociais. Outro número que chama a atenção: 61% dos brasileiros se informaram pelo WhatsApp durante o período eleitoral de 2018.

A relação entre os meios e seus veículos se estreitou conforme a internet avançou. Já é possível dizer, por exemplo, que existem espaços especialmente voltados para a criação e disseminação de *fake news* pelo mundo. Um exemplo foram as eleições presidenciais de 2016 dos Estados Unidos. A maioria das notícias falsas on-line de apoio a Donald Trump saiu de uma cidade da Macedônia, onde organizações empregaram jovens que rapidamente produziam e espalhavam informações falsas sobre candidatos e empresas dos Estados Unidos. Dois anos antes, em 2014, o governo russo de Vladimir Putin usou notícias e informações falsas para sustentar um contra-ataque comunicacional sobre as notícias da invasão da Península da Crimeia, na Ucrânia.

Segundo uma pesquisa das Universidades de Princeton, Dartmouth e Exeter (FAKE NEWS, 2019), durante as eleições de 2016, eleitores em potencial de Donald Trump demonstra eram mais suscetíveis ao consumo de *fake news* se comparados aos eleitores em potencial da candidata Hillary Clinton. Também eram 10% mais propensos a consumir informações de sites com teor conservador. A rede social Facebook foi a porta de entrada para o compartilhamento das notícias falsas, sendo os eleitores de Donald Trump os mais propensos ao consumo das mesmas. Além disso, um recorte interessante de idade foi realizado pelas universidades de Princeton e Nova York, indicando que pessoas com mais de 65 anos compartilharam pelo menos um artigo considerado *fake news* pelo estudo.

Cada vez mais presentes no nosso dia a dia, as redes sociais começam a atuar como agentes transformadores, verdadeiros meios de comunicação, moldando e personalizando a comunicação e, conseqüentemente, o caráter das informações que chegam às pessoas todos os

dias. As *fake news* apenas encontraram o lugar em que podem ser colocadas, disseminadas, compartilhadas, postadas, tuitadas. O termo ganhou notoriedade no Ocidente graças às eleições na Europa e nos Estados Unidos. A definição, de acordo com Bounegru et al. (2017), é quando “uma mentira deliberada é acolhida por dezenas de outros blogs, retransmitida por centenas de sites, repostada por milhares de contas em diversas contas de redes sociais e lida por centenas de milhares”.

As redes sociais são perfeitas para a propagação das notícias falsas, justamente porque são ambientes mais livres de comunicação, sem tanta regulação de instituições e órgãos de diversas instâncias. Ao mesmo tempo, a sociedade civil vem tendo mais consciência do poder negativo das *fake news*, cobrando cada vez mais ações por parte de grandes companhias, como Facebook, Twitter e Google, para que de fato reduzam o número de compartilhamentos, exerçam um *double check* nas origens das notícias e informações e proíbam perfis e contas criadas apenas para esse fim.

Quando a internet se tornou pública para a população nos anos 1990, seu objetivo inicial era o compartilhamento de conhecimento e informação para o máximo de pessoas possível. Com a propagação de *fake news*, isso se torna cada vez mais difícil, uma vez que já não se pode confiar de maneira consistente no que se lê na web. Além disso, é mais um espaço que grupos conservadores ganham para disseminar seus conteúdos, antes presentes apenas nos meios impressos e analógicos.

### 3 A ONDA CONSERVADORA INVADE O OCIDENTE

#### 3.1. A política ocidental e o conservadorismo

Recentemente, a guinada conservadora tem tomado os parlamentos europeus, tanto do lado ocidental quanto oriental do continente. Nos últimos cinco anos, tivemos uma resposta mais à direita em países como Hungria, Áustria, Polônia, Itália e Reino Unido. O Ocidente parece viver sob uma montanha-russa ideológica que atua constantemente pela política de seus países. Essa inconstância tem sido observada pelos últimos dois séculos. Para entender como chegamos a tempos tão radicais, é preciso compreender de onde vem o pensamento conservador e como ele evoluiu para as versões contemporâneas.

Na Grã-Bretanha dos séculos XVII e XVIII existiam os tóris, membros conservadores presentes no parlamento inglês, na maioria das vezes proprietários de terras, mercadores e membros do Clero. O grupo era responsável por garantir que os interesses dessas categorias fossem representados dentro das decisões administrativas da Inglaterra, o que nos moldes brasileiros de hoje podemos chamar de bancada. No ano de 1784, a então “bancada” se tornou um partido político, elevando seu grau de organização e, conseqüentemente, seu impacto na política da época (em 1831, o partido finalmente assumiu a palavra “conservador” em sua diretriz).

No final do século XVIII, tivemos os resultados dos grandes feitos da Revolução Francesa (1789-1799), que, em alguns aspectos, fizeram com que a burguesia (que já mostrava as caras) desse um pulo direto ao poder. Partidos conservadores ganhavam força pela Europa já nos anos 1820 e 1830, décadas marcadas por intensas manifestações contra o *statu quo* e contra as condições de trabalho insalubres nas fábricas de grandes cidades, como Manchester, na Inglaterra, e as indústrias no Vale do Reno, na Alemanha.

Metternich, príncipe pertencente à dinastia dos Habsburgos, teve influência direta na guinada reacionária e antirrevolucionária que permeava a Europa pós-Revolução Francesa, no período entre 1815 e 1845. Em 1815, o Congresso de Viena aconteceu, e, dessa reunião, saíram diretrizes com temas conservadores para a gestão da política europeia (membros de países como Inglaterra, França e Rússia estavam presentes): tradicionalismo, legitimismo (monarquia hereditária como lei única de poder) e a restauração dos monarcas depostos pós-1789, em seus respectivos reinos.

Um choque natural com o pensamento liberal, nascido nos anos de Revolução Francesa, era esperado com a volta da monarquia nos principais reinos europeus. Partidos



políticos começavam a se articular, porém ainda com um poder de decisão e voz infinitamente menores que os principais apoiadores dos monarcas, bem como o clero, que também estava interessado nos ganhos da Igreja perante a restauração do *statu quo* pré-1789.

Mesmo assim, o liberalismo ganhou espaço, subindo cada vez mais nos parlamentos, com a burguesia conquistando influência na política europeia. Ameaça constante para classes antes no topo, como o clero e mesmo a nobreza, a roda social se reinventou com essa nova classe, sustentada cada vez mais pelos avanços industriais da época. Esses mesmos avanços contribuíram para o retardo do conservadorismo clássico europeu. Os liberais vinham ganhando diversas eleições na Inglaterra e na Alemanha, diminuindo cada vez mais o espaço dos conservadores no eleitorado. A classe de camponeses, antes apoiadores fiéis, estava cada vez mais se disseminando entre outros grupos políticos, entre eles os sindicatos rurais, organizações que já davam sinais de vida na segunda metade do século XIX.

Na Inglaterra, o Partido Conservador teve grande influência na política do continente, mas com muitos desafios. O avanço liberal abalou suas estruturas, sendo as mesmas restauradas com a arquitetura política de Benjamin Disraeli, gerente do partido e também primeiro-ministro britânico em 1868 e em 1874. Com o apoio do parlamento, o partido conseguiu “derrubar” certa presença liberal nas votações por alguns anos, levando ao desejo de mitigar as condições precárias em que se encontravam os trabalhadores no ápice do capitalismo industrial, com instituições já bem estabelecidas na sociedade britânica, como a Igreja e a monarquia. Com alguns sucessores de Disraeli, a era conservadora na Inglaterra do século XIX foi marcada fortemente pelo imperialismo, por tarifas altas e pela erosão dos partidos das classes trabalhadoras.

Também nessa época o nacionalismo vinha avançando nas classes mais conservadoras das sociedades da Europa Ocidental. Os movimentos de unificação (Alemanha e Itália) beberam muito dessa fonte. A ideia de um país forte, independente, unido e supremo perante outros foi crucial para o estímulo da identidade nacional. Na Alemanha, por exemplo, havia vários reinos com diversos príncipes. De todos os Estados, a Prússia era o mais rico e industrializado, graças à liderança do movimento de unificação, orquestrado por Otto von Bismarck e que gerou o então Império Alemão, em 1871.

O movimento alemão, embora implementado por alguém com visões mais conservadoras, assustou tanto os conservadores quanto os liberais da época. Muito da glória em batalhas (como contra a Dinamarca em 1864, Áustria em 1866 e mesmo a França entre 1870 e 1871) era aclamado como a demonstração do poder germânico perante toda a Europa. Nascia ali um dos pilares do nacionalismo: a ideia de que uma nação é de alguma maneira

superior às demais. Para conter os avanços das provocações dos diversos movimentos em ebulição na Europa da época (anarquismo, socialismo, etc.), Bismarck implementou em seus vinte anos de governo como chanceler do Império Alemão diversas medidas de cunho social.

Pensões e benefícios para os desempregados foram exemplos dessas medidas, que equalizaram as classes sociais da Alemanha industrial e afastaram a classe trabalhadora dos partidos ditos radicais de esquerda, como o Partido Social Democrata. Isso mitigou o conflito de classes até o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Até o final do século XIX, vários países europeus haviam adotado medidas, políticas e discursos nacionalistas em suas ações. Se por um lado esse movimento deu às potências ocidentais um apelo popular enorme, bem como uma intensa sensação de patriotismo, por outro estimulou a rivalidade internacional exacerbada, transformando a Europa em um barril de pólvora que, em 1914, explodiria com a Grande Guerra.

A vitória aliada em 1918 resultou no declínio de quatro grandes impérios europeus: Alemão, Austro-Húngaro, Russo e Otomano. Esses mesmos impérios representavam, em sua maioria, o grande bastão conservador europeu, defendendo ideais como a monarquia, a aristocracia baseada na propriedade de terras produtivas e o estabelecimento da Igreja Católica em cada país.

Após a Grande Guerra, os partidos conservadores na Alemanha e na Itália foram engolidos pela onda nacionalista e radical que tomava os países nos anos 1920. Esses mesmos partidos foram destruídos ou forçados a cooperar com o nazifascismo. O radicalismo presente nos discursos de Hitler e Mussolini era evidente, chamando a atenção inclusive da imprensa internacional. A literatura e o cinema (emergente na época) atacaram, mas também sofreram duros ataques entre as décadas de 1930 e 1940. Em paralelo à propaganda, o nazifascismo foi ganhando espaço na mentalidade da população, que era bombardeada pelos alto-falantes dos carros de som pelas ruas de Berlim e Roma, pelos cartazes espalhados pelas ruas das cidades, pelos panfletos entregues em comícios e reuniões dos partidos (outrora escondidas em pubs, bares e porões, já eram realizadas em auditórios, praças e avenidas) e pelos programas de rádio.

Os partidos nacionalistas e radicais encontraram várias maneiras de chegar até seus diversos públicos. Uma delas tinha de dar certo, e deu. Adolf Hitler virou chanceler no ano de 1933, levando seu partido, o Nacional Socialismo, para outro patamar na política europeia. Em termos de opinião pública, a Alemanha de Hitler abriu as portas para o mundo nos Jogos Olímpicos de 1936, em que as potências do Ocidente puderam ver com os próprios olhos o poder e o alcance dos ideais nazistas.

Entre os artifícios radicais usados na política da primeira metade do século passado estão os elementos nacionalistas, as teorias raciais e o discurso de ódio. Esse último levou a humanidade a feitos jamais imagináveis (como o Holocausto) e, amplamente divulgado por todos os meios de comunicação disponíveis na época, foi disseminado entre as mais diversas classes sociais e políticas na Europa e, conseqüentemente, no mundo todo.

Como toda ideologia que defende a sobreposição de um grupo perante o outro, era necessário criar um inimigo público número um. Os nazistas, desde os anos 1920, alternavam a palavra de ordem entre diversos alvos (imigrantes, judeus, negros, comunistas, bolcheviques), porém sempre mantinham a pose superior, quase como se, caso um grupo fosse eliminado, sempre haveria outro e mais outro, até que toda a Europa estivesse livre dos indesejáveis.

A política foi o centro das atenções no período entre guerras mundiais. Se para o jornalismo da época as notícias já eram o espelho da vida moderna, não havia um dia sequer em que algum feito político não era comunicado. Na Alemanha, o periódico *Müchener Post* disparava ataques semanais a Hitler e sua companhia; talvez o veículo que mais tentou alertar sobre o perigo do Nacional Socialismo e suas possíveis conseqüências para o país e o continente como um todo.

Ante todos os feitos que sucederam à invasão da Polônia pela Alemanha no ano de 1939, seis anos depois é declarado o fim da Segunda Guerra Mundial. O cenário do radicalismo e conservadorismo deu uma recuada em todos esses anos de combate, recuperando força a partir de 1946 (e apenas na Europa Ocidental, já que a então União Soviética havia banido as organizações que poderiam se opor ao regime de alguma maneira, entre elas os partidos conservadores de direita). Com a derrota dos regimes fascistas e a possível incapacidade do regime socialista de reerguer a Europa do pós-guerra, os partidos conservadores ganharam mais uma vez espaço nas eleições de países como a então Alemanha Ocidental, a França e a Inglaterra, trazendo a promessa de unir crescimento, recuperação econômica e liberdades democráticas. Pelo resto do século XX, os partidos conservadores se concentraram nas liberdades individuais, questões de mercado e serviços sociais.

Querendo a todo momento se opor às políticas soviéticas, os partidos conservadores, outrora ligados à aristocracia e à monarquia, agora caminhavam de mãos dadas com o avanço empresarial que tomava a Europa do pós-guerra. Corridas armamentistas, a revitalização de países devastados pela guerra e a corrida ao espaço são grandes marcos das décadas de 1950 e 1960, com o palco sendo dividido pela URSS e pelos EUA. Nesse meio-tempo, uma espécie

de “caça às bruxas” se instaurou de ambos os lados. O discurso de ódio tomava outro rumo a partir de então.

Na França, todavia, a onda conservadora não teve tanta representatividade em termos de partidos políticos. Nenhum partido democrata cristão ganhou nas eleições na representação dos ideais conservadores. Charles de Gaulle foi presidente do país entre os anos de 1958 e 1969, e teve em seus discursos elementos marcados pelo sentimento de alto nacionalismo. A Alemanha foi dividida entre os vitoriosos da Segunda Guerra, originando “dois países” que separavam a Europa capitalista da socialista (Alemanha Oriental e Ocidental). O termo “cortina de ferro” era amplamente empregado do lado ocidental para traduzir o muro invisível que fora erguido pela União Soviética nos países em que exercia influência (muitas vezes física) para afastar os ideais capitalistas de seu bloco.

Se outrora o preconceito era embasado em teorias que supostamente dividiam a humanidade entre fortes e fracos, soberanos e servos, agora o foco era completamente ideológico. Não que não existisse uma divisão nessa lógica, mas seus objetivos eram outros. E, conseqüentemente, seus resultados também. Os partidos conservadores fizeram de tudo para se afastar da imagem que as políticas socialistas e comunistas representavam no Ocidente.

Essa guinada pós-Segunda Guerra Mundial eclodiu em movimentos notórios por seus questionamentos do *statu quo* das sociedades ocidentais. Nos anos 1950, a juventude ganhou um espaço que antes não possuía. Grupos novos foram formados e, em cidades grandes como Nova York e Londres, facções ditavam as regras da rua, expandindo a cultura de gangues de rua e violência urbana por um lado, mas promovendo um *boom* cultural do outro (como o surgimento do *rock’n’roll* nos Estados Unidos e a bossa nova no Brasil, bem como formas de *street art*, como o graffiti). Uma década bem marcada por movimentos pacifistas e antinucleares, mas também com um pé nos bons modos e costumes. Do lado político, a Revolução Cubana de 1959 virou a América Latina e, conseqüentemente, todo o Ocidente de cabeça para baixo. A reação dos movimentos sociais por parte do lado conservador da sociedade viria na década seguinte.

A década de 1960 foi marcada por ações políticas e sociais por todo o mundo. Em termos de cultura de guerrilha contra os “bons costumes”, os movimentos hippie e beatnik atuavam na linha de frente contra a geração defensora da supremacia branca que havia levado o Ocidente à destruição. Foram anos marcados pela luta contra o racismo e o machismo; discussões sobre homofobia já começava a tomar forma, e o fervor político tomava conta da sociedade. Grandes golpes militares, como o brasileiro de 1964, também marcaram as ações

conservadoras vindas de vários lados dos governos, apoiadas principalmente por países como os Estados Unidos. Na França, o ano de 1968 levou os estudantes para as barricadas pelas ruas de Paris, trazendo as pautas da década para discussões acaloradas. Nomes como Martin Luther King, Malcom X, Allen Ginsberg, Bob Dylan, Jack Kerouac, Jean-Paul Sartre, John F. Kennedy e tantos outros marcaram certamente esses anos.

Os regimes militares latino-americanos tiveram seus anos mais severos na década de 1970. No Brasil, foram considerados os “Anos de Chumbo”. No Chile, Pinochet endurecia cada vez mais o cerco contra seus opositores, assim como os governos da Argentina, Paraguai e Uruguai. Os governos da América ditatorial eram muito marcados por valores conservadores, como a defesa da família tradicional, a elevação da “pátria amada” (discursos de cunho nacionalistas e ufanistas, como o brasileiro “Brasil: ame-o ou deixe-o”), a batalha econômica entre o neoliberalismo e o protecionismo. Esses valores, com a volta do conservadorismo, acabaram influenciando movimentos dos anos anteriores. Um exemplo são os *skinheads*, grupo que se originou nos guetos jamaicanos e que, quando traduzido para a sociedade britânica, se ramificou em um braço que começou a se envolver com partidos políticos de extrema direita, originando a cena do “poder branco *skinhead*”.

Os anos 1980 foram marcados por restaurações sociais. Seguindo a história de trás para a frente, o ano de 1989 é lembrado pelo mundo todo pela queda do Muro de Berlim (erguido pela Alemanha Oriental em 1961 para impedir o trânsito de pessoas entre as duas Berlins que existiam na época). No Brasil, o regime militar dava sinais de arrefecimento, com ações e movimentos a favor da redemocratização e abertura política, que culminaria não apenas no fim do regime, mas também na formulação de uma nova Constituição, que ficaria pronta no ano de 1988.

Na Inglaterra, os anos de defesa e acomodação política transitando entre liberalismo e conservadorismo foram sufocados pelo governo de Margaret Thatcher (1925-2013), que prezou pelas iniciativas individuais, pelo anticomunismo estridente e pelo estado de *laissez-faire* econômico. Com declarações polêmicas como “Não há essa coisa de sociedade”, Thatcher repudiou as noções de coletividade que estavam presentes no corpo político de um país, afirmando que essas uniões nada mais eram que a união de um indivíduo. Essa visão mais unitária e libertária (do inglês, *ibertarianismo*) na política acompanharia não só a Inglaterra, mas outros países até os dias de hoje. Os Estados Unidos passavam por uma redefinição política. Os anos pós-Nixon e escândalos de Watergate trouxeram Ronald Reagan no comando da Casa Branca entre os anos de 1981 e 1989. Reagan, um liberal convicto (com um toque conservador), moldou diversos setores da sociedade e economia norte-americanas,

como a educação superior. Suas ações criaram alicerces para o avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo que perpassaria o século XX.

No Brasil dos anos 1990, o Plano Real trouxe a economia brasileira para a mesa novamente. O governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003, focou na manutenção da estabilidade econômica do país, a reforma do Estado brasileiro com o plano de privatização de empresas estatais, a criação de agências regulatórias e a mudança da regulação que então regia o funcionalismo público. O conservadorismo brasileiro endureceu, dando espaço para as novas políticas neoliberais que percorriam não só o Brasil, mas também outras nações. Porém, a bipolarização política brasileira já se manifestava.

O início dos anos 2000 foi marcado pela volta da defesa da moral e dos bons costumes. Eventos notórios como o 11 de setembro de 2001, a Guerra ao Terror (iniciada pela invasão do Iraque por tropas norte-americanas em 2003). Em termos de Brasil, temos uma troca notória de governo e, consequentemente, de ideologia. Fernando Henrique Cardoso, marcado pelo Plano Real e medidas mais neoliberais (como o fomento a privatizações), para o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2004-2012), marcado por políticas sociais e certo crescimento econômico.

Nos dias de hoje, o conservadorismo está mais presente do que nunca. Nos Estados Unidos, Donald Trump avança mirando na sua reeleição em 2020, enquanto passa por uma crise de imagem ao ser colocado em xeque com um pedido de impeachment aberto no mês de setembro de 2019. Na Polônia, a onda extremista atinge diferentes níveis do governo, incitando políticas de bem-estar social e nacionalismo étnico. O mesmo acontece na Áustria, país que vem apresentando certa mudança de comportamento político, principalmente depois do início da crise migratória europeia de 2015.

Na América Latina, há uma exaustão dos governos de esquerda que estiveram nas últimas décadas no poder, como no Brasil e na Argentina. Tal momento é favorável para que partidos mais extremistas de direita ganhem força e levem seus discursos para camadas antes não miradas por tais políticos. Em termos globais, é possível identificar certa “recessão democrática”. Os latinos viram ciclos progressistas diferentes de outros países e mesmo continentes, trazendo poucas mudanças verdadeiramente significativas. No Brasil, por exemplo, menos da metade da população acredita que a democracia é o melhor modelo de governo que um país pode ter.

As populações, “desencantadas com a democracia liberal das últimas décadas, voltam-se para partidos e líderes autoritários de direita” (CARAPANÃ, 2018). Mais que isso, a

guinada à direita se dá pelos “meios democráticos” dos governos, à luz do dia, nas instituições que levaram décadas para serem erguidas e estabelecidas, como as Constituições.

Esse avanço conservador certamente sofre influência do alcance que a internet dá nos dias atuais aos mais diversos grupos e personalidades políticos. Grupos no WhatsApp e Facebook auxiliam na propagação de discursos de ódio, moldando a chamada “nova direita”, grupo político que agrega valores antigos, como o conservadorismo em si, o libertarianismo e o reacionarismo. Em conjunto, uma ala mais extremista está trazendo de volta, embora que ressignificados, ideais eugenistas e segregacionistas (quase um flerte com as palavras de ordem nazistas e fascistas). Todas essas opiniões, com as redes sociais, circulam exponencialmente sem veto, sob a chancela da liberdade de expressão.

Economicamente falando, a nova direita traz muitos elementos da Escola Austríaca, porém em total releitura e adaptação ao atual cenário de regressão democrática. Trump, por exemplo, tem em seu governo membros que se declaram nacionalistas econômicos, ou mesmo medem o valor de um indivíduo pela sua capacidade de produção. Além disso, é comum os ataques ao Estado — não mais como era feito pelos liberais no século passado —, visto como “Estado babá”, que doa demais e, conseqüentemente, se afunda em crises econômicas por fomento a políticas de bem-estar social. O Estado atacado pela nova direita é o que concede direitos às pessoas erradas. E por “erradas” entendem-se os grupos que não se adequam à visão de organização social da nova direita. “Se o neoliberalismo desmontou o Estado de Bem-Estar social, a nova direita quer atacar o Estado como ente que garante direitos civis, direitos humanos” (CARAPANA, 2018).

Em termos de cultura, não é de hoje que a mesma é atacada por todos os espectros políticos possíveis e, ao mesmo tempo, alavancada por tais. A visão da nova direita perante as expressões culturais é em parte muito marcante pela retomada de pontos que lembram os anos de Guerra Fria. Termos como ideologia de gênero (mais atuais) e marxismo cultural (mais antigo) permeiam a cabeça e as postagens da nova direita. Ataques mais recentes incluem pautas já extensamente debatidas por movimentos sociais dos anos 1960 e 1970, como igualdade de gênero, racismo, homofobia, direitos humanos, politicamente correto, crise imigratória. A lista segue.

Uma vez que o neoliberalismo se apropriou dos discursos igualitários e os deu de bandeja para o meio empresarial (não é à toa que inúmeras empresas assumiram o discurso igualitário, muitas até adotando medidas mais concretas, como estampar a bandeira LGBTQI+ em suas campanhas e fachadas), a nova direita precisaria de uma nova narrativa, tanto para angariar novos seguidores como para atacar a esquerda liberal do século XXI.

Figura 2 – Frente da unidade da C&A na Rua Augusta, em São Paulo



Fonte: <[https://commons.m.wikimedia.org/wiki/File:Fachada\\_arco-%C3%ADris\\_da\\_C%26A\\_da\\_Augusta.jpg](https://commons.m.wikimedia.org/wiki/File:Fachada_arco-%C3%ADris_da_C%26A_da_Augusta.jpg)>. Acesso em: out. 2019.

Esse tipo de comportamento reflete diretamente no Brasil, onde personalidades como Jair Bolsonaro repudiam abertamente direitos civis e liberdades individuais, a não ser que estejam dentro das normas da moral e dos bons costumes, o famoso “cidadão de bem”, termo tão utilizado nas últimas eleições presidenciais do Brasil (2018). Trataremos mais desses efeitos nos próximos capítulos deste trabalho.

### 3.2. Opiniões voláteis: de onde vêm

Existem diversos outros exemplos de notícias que impactam nosso dia e chegam até nós com muita facilidade por meio das redes sociais. Porém, muitas vezes não percebemos que elas não têm fundamento. O comodismo justifica o compartilhamento de notícias falsas.

O desinteresse pela fonte da informação, que inclui a questão da autoria e da sua confiabilidade, e a desmotivação ao acesso, caracterizada pela busca pelas informações facilmente encontradas, facilitam a propagação das pós-verdades nos meios digitais.

Portanto, a pós-verdade digital pode ser caracterizada como essas notícias fictícias que são compartilhadas nas redes sociais sem que o emissor ou o receptor se deem conta de sua



falta de sustentação. Muitas vezes elas são utilizadas para disseminar o ódio e acabam gerando diversas formas de violência, como aquelas já elencadas neste artigo.

O termo “pós-verdade” passou a receber importância quando o *Dicionário Oxford* o escolheu como a palavra internacional de 2016. Ele ganhou popularidade nas campanhas do plebiscito do Brexit e da eleição presidencial norte-americana, marcadas pela propagação de notícias falsas nas mídias sociais digitais. Para a pesquisadora da Universidade de Columbia, em Nova York, Alexis Wichowski (PÓS-VERDADE NA ERA, 2017), “pós-verdade” ter sido escolhida como a palavra internacional do ano não é mera coincidência.

Nas eleições norte-americanas, Donald Trump afirmou que o certificado de nascimento do ex-presidente Barack Obama seria falso. Durante a campanha do Brexit, circulou a informação de que a permanência da Grã-Bretanha na União Europeia custava 350 milhões de libras por semana aos cofres públicos. O uso e a propagação das notícias falsas acabam por “cair como uma luva” para políticos, ainda mais para os experientes, que conseguem manipular as pautas diárias da grande mídia, bem como incitar comportamentos diversos com seus perfis nas redes sociais.

O professor doutor Luiz Alberto Farias (2019) destaca que toda informação compartilhada em um meio digital recebe o endosso de quem a compartilha. Logo, a responsabilidade pela informação é de quem a repassa para os outros. Uma das formas de combate à pós-verdade é a checagem da fonte da informação e o acompanhamento de diversos veículos e de influenciadores antes que a notícia seja compartilhada. As notícias falsas só ganham dimensão porque tanto emissores quanto receptores falham em perceber sua inveracidade, ou não dão importância para tanto, e as disseminam.

O historiador Leandro Karnal, em uma entrevista para Neli Pereira (2017) da BBC News Brasil, destacou a facilidade da propagação do discurso de ódio na internet, mesmo que ele tenha estado presente em toda a história da humanidade: “Hoje é um clique e um site, com muitas imagens. Facilitamos muito para quem odeia. O ódio tem imenso poder retórico. Ele sempre existiu. Agora, existe este ódio *prêt-à-porter*, pronto, onde você se serve *à la carte* e pega seu prato preferido”.

A pós-verdade nasceu num cenário em que as pessoas estão ignorando fatos e a realidade em favor de opiniões ou perspectivas pessoais do que aconteceu, uma reação às pessoas que tentam ter controle sobre o tipo de informação que estão consumindo. As pessoas não querem encarar a realidade, os fatos, preferem ignorá-los, algo que sempre fizeram. As *fake news*, então, se tornam um jeito de legitimar isso.

A internet tornou possível o fenômeno da popularização da pós-verdade graças à velocidade com que as notícias se espalham. É um fenômeno extremamente conveniente para políticos em geral, e também prejudicial às democracias, porque faz com que seja cada vez mais fácil que eles mintam sem serem pegos ou mesmo legitimem ações que façam com que as notícias falsas sejam propagadas amplamente por todos os meios e canais.

“Existe nos dias de hoje um acolhimento da pós-verdade, adotando o fato de que não apenas nossos políticos têm suas próprias versões do que acontece, mas também se orgulham disso, e se declaram quase que acima da verdade, como se não os alcançasse, não os afetasse”, afirma Wichowski (PÓS-VERDADE NA ERA, 2017).

Papel crucial da comunicação, em especial o jornalismo investigativo, para checar as informações e notícias e apurar a veracidade das mesmas. “Quanto mais evidência tivermos, mais fácil será combater as pessoas que estão promovendo mentiras ou negando a verdade.” Em paralelo, as redes sociais exercem poder diretamente, às vezes no combate, às vezes na propagação das notícias falsas.

O Twitter, por exemplo, é considerado como o maior abrigo para as *fake news*, onde os *tweets* falsos têm mais chance de serem compartilhados do que os considerados reais, verdadeiros. Chamadas e títulos sensacionalistas, com fotos impactantes, marcam os *tweets*. Além disso, robôs, os famosos *bots* (do inglês *robots*), atuam diariamente na divulgação de informações no século XXI. Eles têm o potencial de espalhar *fake news* ao usar algoritmos para decidir quais artigos e informações serão selecionados e enviados para os usuários.

Como os *bots* não checam as informações como nós faríamos, e talvez nem seja o objetivo claro de quem os usa, a credibilidade das informações e notícias raramente bate com a veracidade. Em comunhão, os próprios robôs criam perfis falsos, que compartilham as informações também. Ou seja, é um verdadeiro maquinário tecnológico e on-line de *fake news*.

No Facebook, como se os grupos fechados disseminando conteúdos duvidosos não bastassem, as *fake news* saíram desses lugares e passaram a atingir o *feed* de notícias. Nos Estados Unidos, por exemplo, diversos usuários da rede de Zuckerberg usam sua *timeline* para checar as notícias do dia, acessando o aplicativo, ou site, desde o café da manhã até a hora de ir dormir. Isso, combinado com a bipolarização política e os filtros de conteúdo (ora voluntários, ora feito pelos algoritmos), resulta no comportamento clássico: a leitura das chamadas das notícias, e apenas isso, ignorando o resto do conteúdo e causando uma histeria on-line.

Nos anos seguintes à eleição de Donald Trump, o Facebook passou a substituir o termo *fake news* por *false news*, em oposição aos apoiadores do presidente norte-americano, que utilizaram o primeiro termo para denegrir a imprensa. Esse é um bom exemplo de como um lado político pode se apropriar de um movimento ou artefato comunicacional e usá-lo para benefício próprio. Assim, a associação de *false news* com a direita conservadora se faz presente.

Como resposta a esse movimento, instituições têm se movimentado contra a propagação de notícias falsas. O termo *fact-checkers* é amplamente utilizado para denominar as pessoas que combatem as *fake* (ou *false*) *news*, incluindo uma parcela da grande mídia, que tem peso nesse combate, já que é o grande palco das notícias. Em paralelo, a gigante tríade da tecnologia contemporânea, Facebook (que detém também as redes WhatsApp e Instagram), Twitter e Google, recebe críticas quase que diárias sobre o controle dos usuários e seus discursos. A velha máxima da “liberdade de expressão” é posta em cheque quando mensagens de ódio são compartilhadas a todo vapor. No Brasil, por exemplo, grupos de WhatsApp com membros supremacistas, majoritariamente homens brancos, se formam em todos os cantos do país, com um foco maior nas regiões Sul e Sudeste.

O Google, por exemplo, lançou no ano de 2018 o Google News Initiative (GNI), órgão focado em jornalismo de qualidade e na identificação da verdade através das informações compartilhadas on-line. A iniciativa possui três objetivos centrais: elevar e endossar jornalismo de qualidade, envolver modelos de negócio para proporcionar crescimento sustentável e empoderar novas organizações através da inovação tecnológica.

No Brasil, o aumento da propagação de notícias falsas veio após a reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014, atingindo o auge em 2016, com o processo de impeachment da mesma. A rede mundial de notícias inglesa, BBC, reportou no primeiro semestre de 2016 que, na semana da votação final do pedido de impeachment de Dilma, três de cada cinco artigos compartilhados no Facebook eram falsos. A agência Aos Fatos, fundada em 2015, é um dos órgãos no Brasil que combatem as *fake news*. Além disso, o sentimento de que o poder das notícias falsas impacta resultados eleitorais é maior no Brasil que nos Estados Unidos, por exemplo.

Em outros países, a luta diária contra a propagação das notícias falsas segue. Na França, a campanha eleitoral de Emmanuel Macron sofreu duros ataques de artigos falsos. Um dos artigos dizia até que Marine Le Pen havia ganhado a eleição, sendo que a votação nem havia acontecido pelo país. Informações pessoais de Macron, como contatos, e-mails e mensagens, foram tornadas públicas na mesma época. O vazamento acompanhou chamadas

falsas nas redes sociais, o que certamente ajudou no comprometimento e na veracidade das informações.

Na Alemanha, Merkel sofreu ataques também, tendo seu celular pessoal hackeado. Em um discurso em 2016, lamentou o impacto negativo que as notícias falsas produzem no dia a dia dos cidadãos, chamando a atenção para os governos, que têm o dever de estar atentos e combater *bots*, perfis e sites de *fake news*.

Em Hong Kong, os manifestantes em 2019 acusaram o governo chinês de manipular dados e informações para compartilhar notícias falsas sobre as ações dos protestos contra a mão pesada do Partido Comunista, que inclusive discute a tratativa da região autônoma, uma vez que o acordo entre China e Inglaterra está se encerrando.

Na Polônia, as *fake news* têm andado de mãos dadas com partidos de extrema direita, os mesmo que têm ganhado cada vez mais espaço na política do país. Foram observados sites que compartilham as notícias falsas em comunhão com órgãos russos.

Falando nela, a Rússia é constantemente associada à utilização de *bots* e hackers para benefícios políticos. O possível envolvimento com a eleição de Donald Trump ainda é um capítulo aberto, embora o país tenha criado algumas leis que pesam para os propagadores de informações duvidosas, punindo sites que compartilhem notícias que não foram checadas.

No Reino Unido, à época do calor do Brexit, em 2016, as *fake news* estavam presentes no dia a dia dos ingleses. Sem acordo fechado quanto à saída do bloco da União Europeia, o Serviço Secreto da Inglaterra (MI6) afirmou, em entrevista, que as *fake news* são nocivas à democracia. Além disso, o presidente do MI6 afirmou que o combate é essencialmente estratégico na guerra pela informação, mais uma vez demonstrando como a mesma é a commodity do século XXI.

Levando todo esse cenário em consideração, é cabível dizer que vivemos em tempos de opiniões voláteis. O autor Carlos Matheus (2011), em seu livro *As opiniões se movem nas sombras*, discorre sobre o assunto, afirmando que elas “nascem, crescem e se apagam em função de fatores externos e internos que atuam sobre a vida dos indivíduos, em suas relações recíprocas” (MATHEUS, 2011). Desse modo, as opiniões se movem nas sombras da sociedade, caminhando em conjunto com momentos decisivos na história da humanidade.

Já é comum ouvir algo como “a imagem e a reputação demoram anos, até décadas para serem construídas”. Com o avanço das redes sociais, hoje em dia basta um *tweet*, uma postagem, para tudo pode ir por água abaixo. São tão voláteis que para se informar basta acompanhar uma semana de notícias através das mais diversas mídias presentes hoje no dia a

dia da população, um jornal impresso, na televisão, uma *newsletter* e um aplicativo mandando notificações em *push* a cada momento.

### **3.3. O papel das tecnologias nas democracias contemporâneas**

“As democracias hoje morrem não pelas mãos de generais, mas de líderes eleitos, presidentes e primeiros-ministros eleitos que usam as verdadeiras instituições da Democracia para subvertê-la.” Essa frase de Steven Levitsky (2018) ilustra muito bem o momento em que o Ocidente vive na política contemporânea. Se outrora o uso da força bruta, muitas vezes militar, era a potência maior da derrocada de regimes democráticos, hoje em dia o jogo mudou.

Como exemplos de governantes que subverteram a democracia através de elementos “legais” e mesmo constitucionais temos Hugo Chávez na Venezuela, Putin na Rússia, Viktor Orbán na Hungria, Recep Tayyip Erdoğan na Turquia, Daniel Ortega na Nicarágua, Rafael Correa no Equador e Rodrigo Duterte nas Filipinas. É, a lista é grande. E o impacto que as ações desses governantes gera em seus respectivos países é ainda maior. Putin, por exemplo, chegou ao poder da República Federativa da Rússia no ano de 2000. Até hoje, em 2019, não saiu.

Esse tipo de comportamento demonstra um caminho eleitoral para o autoritarismo. Como dito por Levitsky (2018) em seu livro, a queda da democracia começa nas urnas, não mais nos quartéis. Escondido por trás da democracia, tudo parece normal para quem vê o governo de fora. E, muitas vezes, para quem vê de dentro também. Nos dias de hoje, as ameaças autoritárias apresentam resultados sutis, embora ainda importantes, nos governos eleitos. Erdoğan chegou ao poder na Turquia em 2002, mas foi apenas entre os anos de 2007 e 2008 que o regime começou a se tornar de fato autoritário. Chávez foi eleito em 1998, mas apenas entre os anos de 2006 e 2007 que ficou claro o cunho autoritário das ações chavistas na Venezuela.

Justamente por esse avanço autoritário na política ser tão lento e sutil que a população demora para se dar conta de que está perdendo sua democracia, muitas vezes tomando consciência tarde demais. Nos anos 1970, o cientista político Juan Linz (1978) desenvolveu um questionário para identificar o nível de autoritarismo de possíveis candidatos aos cargos públicos e compreender melhor como as democracias morrem.

No livro *The breakdown of democratic regimes* (1978), Linz propôs o teste legítimo, para identificar o comportamento autoritário. Levitsky e Ziblatt (2018), autores do livro *Como morrem as democracias?*, atualizaram o teste, que traz quatro tipos de comportamentos que devem ser observados nos candidatos:

- Rejeição das regras democráticas do jogo, se recusar a jogar por essas regras;
- Tolerância ou encorajamento à violência;
- Negação da legitimidade de rivais partidários ou adversários;
- Vontade expressa de restringir a liberdade civil dos adversários, incluindo os meios de comunicação.

Quando um político apresenta um ou mais desses comportamentos, um sinal de alerta deve ser “soado” a fim de comunicar que o perigo pode estar próximo. Mais importante, esses políticos não devem ser eleitos. Afinal, a maioria acaba fazendo o que diz que fará caso chegue no cargo. É preciso levar a sério os discursos, as opiniões e as promessas feitas pelos candidatos nos anos eleitorais. De uma maneira ou de outra, elas são previsões do que pode acontecer no futuro, seja para o bem ou para o mal. Como Levitsky (2018) mesmo diz, “eles não estão blefando”.

Autoritários eleitos raramente chegam ao poder sozinhos. Geralmente possuem uma boa base de aliados, que muitas vezes surfam na onda de partidos tidos como vitoriosos nas projeções eleitorais. Na história do século XX, isso se repetiu algumas vezes.

Na Alemanha dos anos 1920, por exemplo, os partidos conservadores formaram uma aliança com Hitler na esperança de conseguir o apoio eleitoral de que tanto precisavam para fortalecer sua base política, na época em bastante declínio. Quando começou a se preocupar com Hitler, depois de o mesmo se tornar chanceler (1932), a liderança conservadora tentou acalmar seus aliados afirmando que o líder do partido nazista iria com o tempo se encurralar e ceder às vontades e aos objetivos dos conservadores.

Políticos tradicionais devem fazer o necessário para impedir que os autoritários cheguem ao poder. Isso significa que esses partidos precisam estar preparados não apenas para dizer não à tentação de aliança com os mesmos, mas também, se necessário, arquitetar a união com forças rivais a nível ideológico na defesa da democracia.

Em 2016, o Partido Republicano dos Estados Unidos também ignorou os conselhos de Linz. Donald Trump atingiu a pontuação máxima no questionário, se encaixando, com discursos, promessas e *tweets*, nas quatro objeções que demonstram ameaça à democracia. O

partido sabia muito bem que Trump não servia para o cargo, que seria uma ameaça perante diversos aspectos do governo norte-americano. Porém, não se alinhar ao demagogo poderia representar uma derrota no campo político a curto prazo.

Quando isso ocorre, em geral os políticos acham brechas, desculpas para poder justificar o apoio aos autoritários: que estes sempre podem melhorar, que estão sob controle do partido, que são a melhor opção contra os adversários ideológicos.

Com isso, os republicanos mandaram uma mensagem muito clara aos seus eleitores: Donald Trump era um candidato comum, banal, que não apresentava problemas e que a eleição deveria seguir normalmente.

É nesse contexto que as instituições, formais e informais, desempenham um papel fundamental nos governos. A Constituição é um exemplo. Sozinha, ela não tem o poder de salvar e proteger a democracia. Ela precisa ser constantemente reforçada, complementada, por regras informais conhecidas como normas democráticas.

Uma dessas normas é não tratar os rivais como inimigos. Garantir que os partidos adversários sejam legítimos, formados por pessoas que querem o bem do país e que, se eleitas, tenham a capacidade e o espaço para governar. O fato é que políticos podem explorar os vários pontos presentes em uma Constituição e agir de má-fé, podendo inclusive acabar com o espírito da Carta.

Outra observação de Levitsky (2018) é que a polarização pode matar a democracia. Quando um partido começa a enxergar que a vitória do seu “rival” é algo extremamente nocivo para a política do país, esse movimento começa a legitimar ações para impedir que o outro chegue ao poder, como golpes militares, fraudes eleitorais e violência.

Os dois principais partidos, PT e PSDB (no que por muito tempo foi a clássica polarização política brasileira), aceitaram um ao outro, não se trataram como inimigos ou uma ameaça existencial. Pelas décadas de 1990 e 2000, os partidos se abstiveram de utilizar instituições como armas contra seus adversários. A Corte não foi, como na Argentina ou Venezuela, abarrotada. Não houve, como no Equador e Paraguai, nenhum impeachment politizado. Não houve nenhum esforço para excluir e minimizar principais candidatos, como no México e Peru. E, principalmente, não houve nenhuma reinterpretação constitucional que permitisse que o presidente ficasse por mais mandatos do que estava previsto pela lei.

Porém, assim como no governo norte-americano, as instâncias democráticas têm perdido força no Brasil nos últimos quatro ou cinco anos. Como é de conhecimento geral, a política (sobretudo a brasileira) tem se polarizado exponencialmente pelo Ocidente. Ou pensa-

se A ou B. O “meio-termo” está cada vez mais escasso, portanto a tolerância mútua começou a se esgotar.

Durante o mandato de Dilma Rousseff, por exemplo, muitas pessoas de centro-direita começaram a ver o PT como um ameaça existencial, exatamente o que não poderia acontecer em uma democracia. A ilusão era de que o partido de Lula estaria se tornando dominante, que não se desligaria do poder nunca e estaria arquitetando uma estratégia para tal. Alguns membros da ala política em questão começaram inclusive a descrever o partido como “autoritário”.

Em contrapartida, o Partido dos Trabalhadores tem descrito seus adversários de centro-direita como golpistas, especialmente desde o impeachment de Dilma Rousseff. O termo “fascista” foi amplamente utilizado em discursos nos últimos cinco anos. Esses são exemplos clássicos da decadência da tolerância mútua, exemplos de jogos constitucionais pesados, como diz Levitsky (2018).

Em meio a todo esse caldeirão político que é estar em uma democracia nos dias de hoje, faz-se necessário pensar como as redes sociais moldam os comportamentos que vemos atualmente. Porém, as redes sociais são apenas um recorte de algo muito maior: a mídia (do inglês *media*). Mídia é algo grande, não há uma maneira certa de estudá-la, logo é preciso um olhar interdisciplinar. Essas diferentes visões agregam-se às pesquisas e ajudam a entender como as redes sociais afetam nossos comportamentos e influenciam um grupo grande de pessoas. Afinal, a tecnologia é uma ferramenta como qualquer outra, porém é uma ferramenta como nenhuma outra já vista na história da humanidade. Além disso, é sempre bom quebrar o paradigma da informação *versus* o consumo.

As informações, de uma maneira ou de outra, sempre estiveram aqui. A questão é que hoje há muito mais acesso a elas. Uma pessoa nos anos 1950, ao entrar em uma biblioteca, certamente não entrava em colapso ao pensar na quantidade de informações que estavam ali na sua frente. É por causa da maneira com que ela chega até nós, multicanal e muito mais veloz que outrora.

Pessoas esperam informações, conteúdo, todos os dias. Mas o tempo que elas têm para assimilar tudo é muito pequeno, e diminui a cada ano. Logo, o acesso à informação cresce de forma inversamente proporcional à qualidade de assimilação da mesma. Há muita coisa para ler, ouvir, ver, baixar, compartilhar, e pouco tempo para fazer tudo de fato. A escala de experiência com a informação mudou; podemos ir mais longe e ter experiências diferentes, com ideologias, culturas diferentes, sem precisar sair de casa. Mudanças tecnológicas causaram novas expectativas, alterações na cultura das sociedades, que se conectam cada vez



mais pelo mundo on-line. Compartilhar informações, sejam quais forem e por quais canais, se tornou uma atividade banal do dia a dia, criando uma conexão que não existia antes.

Sobre as informações, Wichowski (PÓS-VERDADE NA ERA, 2017) diz que não se pode afirmar que manter informações em sigilo é algo factível nos dias de hoje, “assim que você coloca [as informações] em formato digital, elas são ‘vazáveis’ [...] e uma vez que a informação é espalhada, não pode ser retirada”. Os governos, então, têm um desafio muito grande nas mãos, uma vez que têm muitas informações que precisam manter em segredo, em sigilo, e, portanto, precisam protegê-las de alguma forma.

Em termos de governo, democracia e afins, as redes sociais também mudaram o comportamento de diplomatas, instaurando a era da diplomacia digital. Se antes os acordos e encontros eram firmados e realizados em salas com portas fechadas e pouca interação, hoje em dia é quase impossível pensar em uma reunião de líderes mundiais sem pelo menos uma foto que certamente será compartilhada no Facebook, Twitter ou mesmo Instagram. Os próprios presidentes possuem contas nas redes. O Twitter de Donald Trump, por exemplo, é bem famoso pelo mundo todo por mostrar uma extensão das falas do norte-americano.

Falando na rede em questão, durante a revolução do Irã em 2009, por exemplo, as comunicações via celular foram cortadas, bem como a conexão com a internet. Mesmo assim, as pessoas ainda podiam usar o Twitter, porque estava em um canal que não dependia exclusivamente dos acima. Se olharmos para o Irã de 1979, e o caldeirão político que era tanto o país como a região, esse mesmo tipo de conexão e impacto é impensável.

As novas tecnologias, sobretudo as redes sociais, desempenham um papel extremamente estratégico nas democracias contemporâneas. Se um presidente tem uma conta no Twitter, não é por acaso. Se governos fazem acordos com empresas como o Google, que lida todos os dias com um volume extraordinário de dados e informações, não é por acaso. Pode-se dizer, inclusive, que a informação é a commodity principal do século XXI.

## 4 UM POUCO MAIS AO SUL DO ATLÂNTICO

### 4.1. Aqui dentro

Quando pensamos em Brasil e em conservadorismo, pode-se dizer que o país acompanhou a montanha-russa ideológica que seguiu pelo Ocidente. O autor Luis Felipe Miguel, na obra organizada por Esther Solano Gallego (2018), afirma com convicção: a direita nunca esteve ausente na política brasileira.

Seguindo um movimento de vaivém, a direita brasileira passa nos dias atuais por uma reemergência política. Essa reemergência, a luta por um espaço político digno (tanto nas ruas quanto nas salas de reuniões de Brasília), o quase “recrutamento” de pessoas que seguem os mesmos ideais da direita muito têm a ver com o governo do Partido dos Trabalhadores, popularmente chamado no país de PT.

O governo de Lula assumiu uma postura de não enfrentamento perante os outros partidos. Os mesmos se aglomeraram, formando uma fatia considerável da política brasileira que muito temia as propostas de transformações sociais levantadas nas bandeiras do partido de Lula. Este, durante seu governo, soube de certa forma contornar o “não enfrentamento” com essa fatia (partidos como PSDB foram, naturalmente, para a oposição).

O conservadorismo no Brasil, quando espelhado nos âmbitos mais extremos da política, pode ser dividido em três instâncias: libertarianismo, fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo.

A primeira ideologia cresceu da escola de economia austríaca, que levou as opiniões de intelectuais como Ludwig von Mises para a mesa de decisões de governos ao redor do mundo desde os anos 1970. Nos dias de hoje, frases como “Menos Marx, mais Mises” ecoam desde por corredores de universidades públicas e particulares até por postagens em redes sociais. Sobre essa lógica paira o espírito da “liberdade”, que remonta aos anos de Revolução Francesa. A categorização de liberdade econômica e individual (ausência de interferência externa) é amplamente utilizada pela direita brasileira, indo do centro ao extremo. A defesa das empresas e suas atuações sem a intervenção do Estado causou um antagonismo clássico, em que o ambiente liberal é o terreno das trocas voluntárias e livres e da “liberdade econômica” (MIGUEL apud GALLEGO, 2018).

Sobre igualdade, uma ala mais conservadora do movimento enxerga que a mesma potencializa a diminuição do espaço para a liberdade, como se ambas fossem antagônicas. Isso demonstra bem como a doutrina liberal tem pouco potencial de se tornar popular. “Por

mais que a ideia de o Estado ser ineficiente tenha se disseminado, [...] permanece enraizada a compreensão de que algumas obrigações são coletivas” (MIGUEL apud GALLEGO, 2018, p. 12).

O fundamentalismo religioso, por outro lado, traz uma visão “conservadora” que por vezes difere da libertária. O movimento ganhou força e espaço a partir dos anos 1990, nas campanhas para a eleição de pastores em cargos públicos, colocando em xeque mais uma vez a legitimidade do Estado laico no Brasil. Exemplo de espaço conquistado, a Bancada Evangélica (nome que representa alguns problemas por excluir as diferentes ramificações da vertente protestante do cristianismo), popularmente conhecida como Bancada da Bíblia, representa grande parte das pressões políticas feitas no Congresso e nas Câmaras, exercendo verdadeiro *lobby* em vários processos que permeiam os Três Poderes.

O termo fundamentalismo representa a defesa de uma verdade absoluta e por isso anula qualquer tipo de debate ou de discussão. Em ambientes como o Congresso, estão opostos à legalização do aborto, a defesa da dita “família tradicional” e os espaços ocupados pelas consideradas “igrejas secundárias”, são pautas que tramitam. Do lado de fora, figuras como os pastores Edir Macedo e Silas Malafaia, que possuem influência política e também forte presença nas redes sociais, defendem as pautas.

Sobre as falas de pastores como Malafaia, Miguel (apud GALLEGO, 2018, p. 13) comenta bem o alcance da voz, que “contribui para manter o rebanho disciplinado, imuniza-o diante de discursos contraditórios e fornece aos chefes um capital importante, isto é, uma base popular, com o qual eles negociam”. Não é à toa que a presença de líderes religiosos no Brasil contemporâneo está tão ligada à popularização de meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio. A Igreja Universal, por exemplo, detém a emissora Record.

A terceira instância traz à tona um antigo fantasma que sondou por anos a Guerra Fria: a luta contra o avanço do comunismo pelo Ocidente. Porém, na direita brasileira, o mesmo fantasma ganhou uma releitura. A ameaça passou a ser o “bolivarianismo” venezuelano. Com os anos de governo do PT, o partido angariou opositores divididos entre os movimentos anticomunista e antipetista. Este último seria amplamente defendido após as denúncias de corrupção e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato. As três instâncias, juntas, revelam muito do cenário político brasileiro nos últimos trinta anos.

Sob esse cenário, a direita conservadora brasileira passou a ganhar cada vez mais espaço na política e, conseqüentemente, na sociedade do país. Um alvo fácil, a classe média, é por vezes usada como massa de manobra, seduzida por discursos que não lhe pertencem, bem como pelo medo de estar mais próxima das classes menos favorecidas do que das mais ricas e

abastadas do país. Pelo mundo, como já discutido anteriormente, a onda conservadora se espalha.

Nos Estados Unidos há Trump; a Inglaterra ainda tenta negociar sua saída da União Europeia; Polônia e Hungria têm a extrema direita em seus governos; coligações de mesmo cunho político e ideológico governam a Áustria e Itália. No Brasil, o presidente da República defende em público torturadores e o legado do regime militar.

Quem olha de fora deve se perguntar sobre como esses países, muitos dos quais exerciam verdadeira influência democrática e eram exemplos de bons governos, chegaram a tal ponto. Steven Levitsky (2018) afirma sempre que as instituições democráticas demoram anos, décadas para serem construídas, e breves momentos para desmoronar.

Voltando mais uma vez o olhar para dentro de casa, a nova direita brasileira vem se organizando há anos. No período entre o final do primeiro mandato de Lula e o segundo, entre os anos de 2006 e 2007, já existiam grupos na extinta rede social Orkut, da empresa norte-americana Google, que discutiam assuntos como a defesa e propagação do livre mercado, valores cristãos e a situação política da época. Olavo de Carvalho, crítico ferrenho da esquerda brasileira, especialmente do Partido dos Trabalhadores, fazia relativo sucesso com seu canal no YouTube, onde postava vídeos quase semanalmente.

Como pode ser observado ainda nos dias de hoje quando falamos do comportamento on-line e off-line, esses grupos começaram a se organizar fora da internet. O Instituto Mises Brasil é um dos exemplos de organização civil oriunda das discussões em redes sociais da época, tendo como membros, em sua maioria, militantes e simpatizantes de uma direita alternativa brasileira, bem como estudantes universitários de classe média alta.

No início, os membros eram poucos, e o investimento para fazer o grupo vingar também era bem tímido. Com o avanço dos anos (e do governo petista), os fundos levantados para o sustento dessas organizações civis aumentou gradativamente. Muito da iniciativa vinha do próprio bolso dos membros, como era o caso do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, que já teve nomes como Rodrigo Constantino (outro influente no YouTube) na presidência. A mesma iniciativa, privada de certo modo, por parte dos membros colocava a força dessas organizações nas ruas, como aconteceu em 2013, quando o Movimento Brasil Livre (mais conhecido como MBL) deu as caras pela primeira vez, durante a onda de protestos da população, primeiro contra o aumento das passagens de transporte público nas grandes capitais, mas que depois proporções nacionais, trazendo temas como combate à corrupção e reforma política.

Negócios à parte, a influência da imprensa foi decisiva para o fomento desses grupos e de seu espaço. Antes apenas em grupos reclusos no início das redes sociais no Brasil, agora eles estão nas manchetes, editoriais e rádios importantes.

A sorte da militância de direita começou a melhorar à medida que alguns colunistas e comentaristas políticos de oposição ao governo começaram a usar um tom cada vez mais agressivo em suas críticas veiculadas em jornais e revistas de grande circulação, centradas principalmente no escândalo do “mensalão” (2005-2006). Isso acabou criando um clima de opinião mais favorável a pequenas e médias manifestações contra a corrupção e o PT que começaram a pipocar nos anos subsequentes. (ROCHA apud GALLEGO, 2018, p. 39)

Essa agressividade no discurso é reflexo direto das pautas tratadas pela ala conservadora da política, que acabou tomando a boca do povo em diversos momentos, desde os protestos de 2013 até os de 2016, quando um possível impeachment da então presidente Dilma Rousseff era cogitado.

Dilma viu sua popularidade despencar com as manifestações, que ganhavam cada vez mais força, embora de perfil bem diferente do que se via quando o assunto era ir à rua no Brasil (passeatas com carros, por exemplo, tomavam o lugar de protestos e passeatas organizadas há décadas na política do país). À época, todo o apoio da militância de direita era centralizado no adversário de Dilma, Aécio Neves, tucano de berço (Aécio vem da família do falecido e importante político para a história da redemocratização do país, Tancredo Neves) e integrante do então principal partido rival do PT, o Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

A resposta, dando sinais da nova conjuntura da direita do país que subiria ao poder alguns anos depois, veio dias depois do resultado das eleições de 2014. Um protesto tímido, na Avenida Paulista, reuniu menos de 3 mil pessoas. O que vale destacar desse dia em questão são as personalidades envolvidas no evento (*on* e *off-line*), como Olavo de Carvalho, Lobão e Eduardo Bolsonaro; e também as palavras de voz do ato, tomado por bandeiras verde-amarelas e cartazes onde se liam “Fora PT”, “Fora Dilma” e “Fora corruPTos”. O antipetismo saía dos grupos de Facebook, dos canais do YouTube, das colunas nos jornais e ganhava as ruas.

As manifestações cresciam, o MBL foi ressuscitado e incorporado, a mídia nacional noticiava novos escândalos da Operação Lava Jato quase toda semana, e no final de 2015 o movimento antipetismo levou milhares de pessoas à Avenida Paulista num ato unificado de vários movimentos de direita.

O movimento apenas traz mais do mesmo. Temas como a defesa da família tradicional brasileira, o anticomunismo e a defesa por um Estado cada vez menos atuante na sociedade nada mais são que cópias perfeitas das pautas que permearam a Guerra Fria, décadas antes. O próprio levante militar, ocorrido em 1964, já teve como justificativa que o “Brasil permitiu que a ‘linha de confrontação da Guerra Fria dividisse a nossa sociedade’, o que teria imposto a intervenção militar de 1964” (LIMA apud GALLEG0, 2018, p. 44).

Essa retórica, e tantas outras, sempre foi usada por políticos de direita mais radicais no Brasil, hoje em dia tendo a figura de Jair Bolsonaro como representante-mor da causa. A ideia de tornar o PT e seus seguidores, ou mesmo o próprio Lula, como o “inimigo público número um” remonta à “caça às bruxas” que ocorreu nos Estados Unidos de Truman e Eisenhower no pós-Segunda Guerra. É preciso achar um culpado, e então classificar eventuais problemas como consequências das ações prévias desse. Frases como “O problema vem de antes, dos anos de PT” se tornaram comuns.

Nessa linha, qualquer foco de resistência, tal qual os subversivos da Guerra Fria, é represado automaticamente e vê a veracidade de seus discursos e de suas informações ser questionada a todo tempo. “Diante de uma sociedade racista, patriarcal e etnocida, estruturada para favorecer os proprietários e as velhas e novas oligarquias, experimentam-se modos de anular ou de destruir qualquer prática de resistência” (LIMA apud GALLEG0, 2018, p. 44).

A escolha do inimigo público número um tem relação com a expressão “cidadão de bem”, um indivíduo que se encaixa dentro das normas da sociedade ou pelo menos se vê representado nos discursos tão defendidos pela nova direita. O cidadão de bem é o protagonista da onda conservadora que tomou o Ocidente nos últimos anos. Apresentar, por vezes, comportamentos que se distanciem do que estamos acostumados a entender como um cidadão correto é tido como subversão, fazendo com que a direita encaixe pessoas que não se adequam aos seus padrões em “caixinhas”, podendo, às vezes, legitimar o uso da violência para combater os subversivos, tática muito utilizada nos regimes militares da América Latina no século XX.

Todos esses fatores levaram ao momento em que o Brasil se encontra agora, caminhando em comunhão com os políticos conservadores de países como Inglaterra, Estados Unidos, Turquia etc. Se antes o conservadorismo era expressado de maneira mais tímida, em uma ou outra campanha, em alguns grupos de redes sociais com amplitude e alcance pequeno pelo país, esse cenário já não é mais o mesmo. As eleições presidenciais de 2018 trouxeram resultados, discursos, postagens, *tweets* e vídeos no YouTube como nunca antes visto.

## 4.2. Bolsonaro e a máquina de mentiras

Retomando o fabuloso questionário de Linz que Levitsky (2018) trouxe em sua obra, com certa releitura, mas mantendo a essência do escritor alemão, é cabível aplicar as questões para o então presidente da República do Brasil. Jair Bolsonaro, eleito nas últimas eleições, em 2018, possui uma carreira política polêmica.

Quando olhamos as quatro máximas de Linz, temos:

- Rejeição das regras democráticas do jogo, se recusar a jogar por essas regras;
- Tolerância ou encorajamento à violência;
- Negação da legitimidade de rivais partidários ou adversários;
- Vontade expressa de restringir a liberdade civil dos adversários, incluindo os meios de comunicação.

Se pegarmos as declarações que o presidente faz e tem feito por toda a sua carreira política, podemos encaixar perfeitamente seu comportamento entre os itens acima. Quanto ao primeiro, “rejeição das regras democráticas do jogo”, Bolsonaro abertamente defendeu e continua defendendo o levante militar de 1964, bem como outros regimes que aconteceram na América Latina, como no Chile e na Argentina. Ele questionou a legitimidade do sistema eleitoral brasileiro quando se perguntava sobre se as pesquisas poderiam indicar que não ganharia a Presidência da República. Afirmou ainda que “não aceitaria outro resultado”. Além disso, chegou a prometer um abarrotamento da Suprema Corte brasileira, tal qual fez Hugo Chávez na Venezuela, político tão criticado pela direita do país. Jair consegue repudiar os jogos democráticos ainda mais que Chávez, Erdoğan e Orbán, por exemplo.

Figura 3 – Jair Bolsonaro e o sinal de “arminha” com as mãos



Fonte: < <https://oglobo.globo.com/brasil/entenda-que-muda-sobre-posse-de-armas-apos-decreto-de-bolsonaro-23373550>>. Acesso em: out. 2019.

Quanto à segunda afirmação, “tolerância ou encorajamento à violência”, Bolsonaro defendeu abertamente na mídia e nas redes sociais o uso de tortura na ditadura e justificou chacinas cometidas por policiais militares na cidade do Rio de Janeiro. O sinal de arma com as mãos, movimento que se tornou um dos símbolos de sua campanha em 2018, anda lado a lado com o comportamento que o político apresenta perante seu público. Por vezes o uso de violência é abordado, sempre com uma justificativa que, para uma parcela da população brasileira, ele se faz plausível.

Quanto à terceira, “negação da legitimidade de rivais partidários ou adversários”, Bolsonaro proferiu diversas ofensas extremamente problemáticas contra presidentes anteriores, como FHC e Lula. Alegou que organizações sociais, como ONGs, praticam crimes contra o país e que são o maior expoente da crise ambiental que o Brasil enfrenta a décadas. Sua visão sobre os que não pensam como ele é pautada pela ideologia do inimigo, do adversário.

E por último, “vontade expressa de restringir a liberdade civil dos adversários, incluindo os meios de comunicação”. Bolsonaro, como Trump, não mede esforços para atacar os meios de comunicação, sobretudo a imprensa. Usa e abusa de sua conta na rede social Twitter, defende a tortura para militantes opositores, sobretudo os de esquerda, e glorifica personalidades notórias dos regimes militares, como o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o ex-ditador chileno Augusto Pinochet.

Jair Bolsonaro é deliberadamente uma figura autoritária e, de acordo com o questionário de Linz (1978), representa uma ameaça à democracia. Todas as suas declarações o distinguem diretamente de todos os seus rivais na corrida presidencial de 2018 — Geraldo



Alckmin, Marina da Silva, Fernando Haddad e Ciro Gomes. Nenhum deles aparece no questionário

Diante desse cenário, é correto afirmar que o Brasil pode estar caminhando para um desses momentos críticos que Linz descreveu em sua extensa obra, quando as elites políticas e econômicas se veem forçadas a escolher entre seus objetivos e crenças políticos e as políticas e os ganhos de curto prazo *versus* a defesa das instituições democráticas de longo prazo.

Segundo Levitsky (2018), as elites em questão, no Brasil, deveriam resistir à tentação de apoiar Bolsonaro sob qualquer circunstância, sob qualquer cenário eleitoral (principalmente em segundo turnos). Diante disso, foi extremamente preocupante as mesmas demonstrando aberta e publicamente apoio ao então candidato à Presidência da República. É o erro histórico que os liberais italianos cometeram na década de 1920, é o erro histórico que os conservadores alemães cometeram na década de 1930. É o erro que os republicanos cometeram (ou ainda estão cometendo) com Donald Trump.

Não há ganho econômico em um regime militar comparado a uma democracia, ambos funcionam mais ou menos da mesma forma. Casos extraordinários como Taiwan e China são meras exceções nessa história toda. Ditaduras não são melhores no combate à corrupção, muito pelo contrário, auxiliam no fomento da mesma, como ocorreu nos regimes militares da América Latina entre os anos 1960 e 1980. Logo, utilizá-las como razão para “limpar” a política brasileira é extremamente paradoxal e inconsequente, já que os dados sugerem que as ditaduras são um pouco piores que as democracias no combate à corrupção.

Diante desse cenário, é entendível o fato de o uso e a propagação de *fake news* por parte de políticos serem extremamente eficazes, tanto em campanhas quanto em governos eleitos. Também é possível compreender por que tantos políticos têm atacado duramente a imprensa, lado da sociedade que precisa combater as notícias falsas e checar os dados de tudo que é compartilhado nos dias de hoje (PÓS-VERDADE NA ERA, 2017). Se a informação é a commodity principal do século XXI, quem a detém tem tanto poder quanto quem consegue manipulá-la para benefício próprio ou de uma causa.

Atrelando o avanço do conservadorismo na política ocidental (que no Brasil tem o político Jair Bolsonaro como principal representante) ao poder que é ter o controle da propagação de informações, temos então o combo perfeito: artefatos tecnológicos e notícias falsas a favor de apenas um lado.

Sob essa ótica, o debate político presente nas redes sociais no Brasil reflete bem a bipolarização (aqui no sentido de dois polos) do país desde a subida de Dilma Rousseff ao poder da República. Se antes estava bem claro que quem não estava do lado do PT estava do

lado do PSDB, hoje em dia essa dualidade sofreu alterações. O movimento antipetismo cresceu muito desde o impeachment de Dilma em 2016.

Em contrapartida, a direita conservadora parece agrupar quase que automaticamente seus adversários (e aqui mais uma vez são as palavras de Levitsky (2018) sobre a problemática em enxergar seus opositos políticos como adversários, inimigos) em “caixinhas” que, juntas, apenas endossam a visão de que os problemas são frutos dos doze anos do partido de Lula no poder.

Grande parte dos direitistas brasileiros provém dos meses seguintes às manifestações de 2013, em que as páginas no Facebook com assuntos e temas ligados ao combate à corrupção ganharam maior notoriedade entre os usuários. As próprias manifestações, que no início eram centralizadas e com pautas bem definidas e objetivas (como a insatisfação com o aumento nos preços do transporte público de grandes capitais do país), começaram a englobar temas diversos, como o combate aos políticos corruptos, a reforma política, entre outros.

Com tantos temas, os dois lados foram para diversos lados, dando voltas entre comícios, manifestações, mensagens de WhatsApp e entrevistas em grandes veículos da mídia brasileira. Porém, é inevitável a consciência de que, principalmente após os resultados das eleições de 2018, muito do movimento antipetista carregou junto uma onda conservadora pelo país. Pelas redes sociais, muitos não se sentiam confortáveis em dizer abertamente que estavam apoiando candidatos como João Doria (governo do estado de São Paulo) ou mesmo Jair Bolsonaro. Comentários como “PT não dá mais”, “Precisamos tirar os corruPTos do poder” e “Devemos dar o benefício da dúvida para Bolsonaro” estiveram em diversos *tweets*, postagens e artigos compartilhados pelas principais redes sociais que estão presentes no país.

Essa é uma característica muito forte do avanço do conservadorismo na política ocidental contemporânea. Os candidatos representantes desses países pelo mundo estão cada vez mais presentes nas redes sociais, onde angariam milhares de seguidores, alguns até de fora de seu país natal. É o caso de apoiadores de Donald Trump em países que não os Estados Unidos. No Brasil, o bilionário parece ganhar cada vez mais adeptos. Seus discursos e suas opiniões são por vezes traduzidas, ainda que esdruxulamente, para a realidade brasileira, a fim de incentivar que os ideais dos conservadores norte-americanos sejam abraçados e divulgados em solo nacional, no mesmo país que explicou através do Facebook o que é nazismo para os habitantes de um dos países que vivenciou na pele o horror do autoritarismo de extrema direita.

Os impactos das *fake news* à época das eleições presidenciais de 2018 ainda são sentidos hoje em dia. Os *bots* seguem trabalhando a favor do partido no poder, disseminando

desinformação pelos perfis falsos criados no Facebook e Twitter. E, como se não bastasse, o então presidente do país tem tornado sua marca registrada comentar informações equivocadas e de fontes duvidosas não apenas em seus perfis pessoais nas redes sociais, mas em entrevistas também.

Um dos casos mais recentes até agora foi o discurso do mesmo na Assembleia Geral das Nações Unidas. A sensação da maioria dos líderes mundiais presentes em Nova York foi a mesma: confusão, surpresa e reprovação. O presidente da França, Emmanuel Macron, não participou no momento em que Bolsonaro estava falando. A chanceler alemã, Angela Merkel, manteve a mesma expressão séria e imutável durante todo o discurso, finalizando sua resposta com uma negação ao falar com seu assessor.

Tendo em vista os temas comentados, o discurso sairia bem se tivéssemos entrando em uma máquina do tempo, tal qual a série de produção alemã *Dark*, e caído na mesma sala de reunião, porém em algum período mais tenso da Guerra Fria, no mínimo quarenta anos atrás. A revolta constante contra os movimentos de esquerda, sobretudo contra a ideologia socialista, demonstra bem a linha ideológica que o presidente segue. Ele alegou, diversas vezes, como o Brasil esteve “muito próximo do socialismo, o que nos colocou numa posição [...] de ataques ininterruptos aos valores familiares e religiosos” (BETIM; MARREIRO, 2019).

Outro tom extremamente marcante em seus discursos é a defesa da moral e dos bons costumes, além da exaltação do chamado “cidadão de bem”. Tais argumentos apenas comprovam como a ideologia pregada por Bolsonaro se alinha completamente não só aos valores tradicionais de décadas anteriores, mas também à reformulação e atualização de alguns deles nos dias de hoje.

Em termos de tecnologia, é notável como as redes sociais ampliam cada vez mais o espaço de discursos diversos que, se nascem na política, se espalham para os mais diferentes setores da sociedade. Os discursos de ódio, cada vez mais expoentes no meio digital, apenas ganham mais poder em um cenário em que o próprio presidente de um país os reproduz. Nos Estados Unidos, passeatas e ações organizadas por extremistas de direita por vezes mencionam os comportamentos que refletem Trump.

No Brasil, o representante do conservadorismo defende abertamente a tortura e torturadores da época do regime militar, incita a violência contra uma parcela da população, tem palavras de ordem no mínimo autoritárias e incita seus seguidores a agir de acordo com seus ideais. Não é à toa que, mesmo com seu atual partido, o PSL, estar passando por uma cisão, Bolsonaro ainda possui seguidores fiéis por todo o país. O ápice, contudo, da atuação

extremista em conjunto com a tecnologia das redes sociais pôde ser observado durante as eleições de 2018.

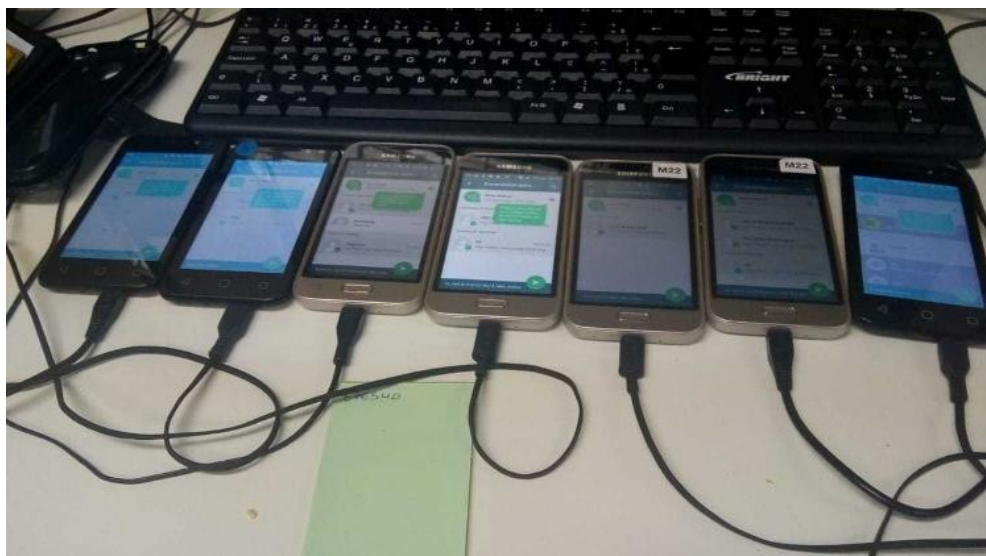
#### 4.3. As eleições presidenciais de 2018

Se a propagação de *fake news* semeou desinformação já nas eleições de 2014, talvez a última envolvendo os maiores polos políticos do país, PT e PSDB, o ano de 2018 certamente ficou marcado pelo envolvimento maciço de algoritmos, *bots*, correntes de WhatsApp e postagens na *timeline* do Facebook.

Quando falamos de Brasil, já não é surpresa pensar que uma parcela significativa da população se informa quase que exclusivamente por meios digitais. Em 2018, cerca de 62% da população do país estava ativa nas redes sociais (majoritariamente, YouTube, Facebook, WhatsApp e Instagram, nessa ordem), segundo pesquisa realizada pela EXAME (DINO, 2018). Constatou-se também que 61% dos eleitores em 2018 alegaram se informar pelo WhatsApp e 57% pelo Facebook. Além disso, o Facebook é uma das redes sociais que mais cresce em termos de usuários ativos no Brasil, tendo atingido o número de 130 milhões de usuários mensais, dos quais 92% acessam o *feed* pelo celular (DINO, 2018).

Fica mais claro perceber o impacto que as *fake news* poderiam ter, e têm, no âmbito político, em um país cada vez mais digitalizado. Quando o monopólio da informação se junta com interesses pessoais — ou mesmo a favor apenas de um grupo em específico —, atuações políticas e eleições, o resultado quase sempre é negativo. Nas eleições brasileiras de 2018, por exemplo, o então candidato Jair Bolsonaro criou uma verdadeira rede de desinformação para espalhar *fake news* a favor do partido através do aplicativo WhatsApp (MILITÃO; REBELLO, 2019).

Figura 4 – Celulares conectados ao software de disparo de mensagens



Fonte: Militão; Rebello, 2019.

Atualmente, a rede permanece funcionando, com, segundo pesquisa da UOL (MILITÃO; REBELLO, 2019), 80% de sua base ainda ativa no mês de setembro de 2019. Os *bots* operam na mesma velocidade (“Uma das contas chegou a enviar 14 mensagens diferentes em um período de apenas 30 segundos”) e sua frequência de disparos é mascarada, o que lhes dá pelo menos virtualmente características que os encaixam em perfis de usuários de verdade.

Dos 1.504 números nacionais que mais enviavam *fake news* nos 53 grupos públicos mais ativos de apoio ao então candidato Jair Bolsonaro monitorados durante as eleições – a maioria criada e administrada por números internacionais –, 1.283 (ou 85%) estavam com suas contas no aplicativo de mensagens ativas no início desta semana quando foram checados pela reportagem. (MILITÃO; REBELLO, 2019)

O grande terreno onde as notícias falsas, correm como maratonistas em uma Olimpíada, são os grupos de WhatsApp. O repórter Fábio Zanini, da *Folha de S.Paulo*, passou algumas semanas entre o mês de agosto e setembro de 2019 infiltrado em grupos de direita e extrema direita aqui no Brasil. De acordo com ele, o discurso é predominantemente de ódio, tanto pelos áudios quanto pelas mensagens (ZANINI, 2019).

Entre mensagens, vídeos e memes, conteúdos exaltando figuras como Adolf Hitler e Benito Mussolini são comuns, ao lado de conteúdos sobre a negação e anulação do Holocausto. Em paralelo, diversos ataques são feitos à esquerda de uma maneira geral, principalmente ao PT.

Sobre o presidente da República, os grupos estão divididos. Alguns apoiam Bolsonaro, inclusive reforçando suas opiniões e seus discursos. Outros não o apoiam e/ou não o

defendem, aparentemente se isentando dos feitos do governo e acreditando que é apenas parte de algo maior.

Uma experiência foi vivida por Juliana Gragnani (2019), da BBC News Brasil. A jornalista ficou uma semana inteira acompanhando mais de 270 grupos políticos de WhatsApp. Através de um sistema desenvolvido por pesquisadores brasileiros, Gragnani conseguiu “estar” nesses grupos, vendo de perto todo o conteúdo ali compartilhado, segundo ela, de forma caótica: “Ao ligar o celular pela manhã, às 10h, contabilizo 13.698 novas mensagens. Eu havia desligado o celular na noite anterior. Em 12 horas, mais de treze mil mensagens foram enviadas em 28 grupos públicos” (GRAGNANI, 2019).

Ela tinha o objetivo de entender a lógica por trás da distribuição de conteúdo político que chega a milhões de pessoas todos os dias. Gragnani observou muita desinformação (áudios no contexto errado, imagens manipuladas, pesquisas falsas), ataques à imprensa tradicional (como capas falsas de revistas e checagem errôneas de notícias), imagens que fomentam o ódio contra os LGBTQ+ e o movimento feminista, uma “guerra cultural” (com direito a ataques sistematizados contra artistas e personalidades) e, por fim, vídeos de pessoas comuns (ou que se passaram por comuns) dando motivos para votar neste ou naquele candidato.

Segundo o próprio WhatsApp, a maioria dos usuários brasileiros pertence às classes C, D e E. Essa parcela geralmente adere a planos e pacotes de dados com pouca internet, mas com o uso da rede social ilimitado ao longo do mês, o que só aumenta o problema. A rede deixou de ser apenas um aplicativo para envio e recebimento de mensagens, e no Brasil se consolidou como uma rede social bem estruturada.

Inúmeros grupos, a maioria públicos, fazem parte do cotidiano de milhares de brasileiros conectados ao aplicativo. Com um número de até 256 participantes, esses grupos podem acolher qualquer membro que tenha o link para entrar ou seja incluído manualmente por um administrador.

Quanto à origem dos integrantes desses grupos, Gragnani diz que os DDDs variam do 11 ao 99. Os membros estão nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia, Pará, Maranhão, Alagoas, Ceará e Pernambuco. Há até alguns usuários dos Estados Unidos.

O maior deles, “Debate Político”, carrega a imagem de diálogo apenas no nome. São inúmeras mensagens a todo momento, bombardeando os aparelhos celulares dos usuários do grupo em questão. Conteúdo pronto em forma de mensagens, *prints*, *links*, áudios, vídeos e imagens, tudo de uma vez só.

Segundo o Datafolha (REDAÇÃO, 2018), 81% dos eleitores de Bolsonaro usam redes sociais, ante 59% dos eleitores de Fernando Haddad. Com uma presença digital tão forte, não é nenhuma surpresa que Bolsonaro prefira o Twitter a uma mesa de conversa em algum auditório. Pensando no recorte de público que ele e seu partido realizaram para conseguir o apoio de que precisavam para chegar ao segundo turno, é extremamente eficaz que ele seja mais presente virtualmente do que fisicamente. “Há mais grupos sobre Bolsonaro (são 33) do que o restante” (MILITÃO; REBELLO, 2019).

Tal qual o drama das eleições norte-americanas envolvendo Donald Trump, hackers russos e *fake news*, no Brasil pode-se observar um movimento similar na política brasileira contemporânea. Especulações envolvendo o uso de dinheiro para o disparo das notícias falsas e para a manutenção de celulares para a extensão das atividades pós-eleição sempre aparecem pela mídia.

Em contrapartida, Bolsonaro está sempre atacando a imprensa, tal qual seu ídolo norte-americano, seja em suas entrevistas, seja em seu perfil no Twitter, em que está ativo quase todos os dias, gerando conteúdo na rede de até 280 caracteres. Na sua visita à ONU, em 2019, o presidente do Brasil se despediu com a frase “*Not today, fake news media*” enquanto saía do prédio da organização, em Nova York.

Voltando às palavras de Wichowski (ALEXIS WICHOWSKI EXPLICA, 2016) é visível o poder que a informação tem, sobretudo o mau uso delas e a combinação dessas ações com as *fake news*. O caso dos *bots* enviando notícias falsas através de mensagens do WhatsApp no Brasil, é um exemplo muito bom, porque mostra bem a união da tecnologia e de atitudes nocivas para uma sociedade democrática.

Importante ressaltar também o papel das grandes corporações nesse cenário. O Facebook controla, além da rede social homônima, o WhatsApp e o Instagram. É inevitável pensar que não vivemos sob a lógica da commodity “informação” ou mesmo “dados”. De uma maneira ou de outra, vivemos entregando nossos dados pessoais todos os dias, a quase todo momento. Seja lendo um e-mail, vendo um vídeo no YouTube, respondendo uma mensagem de texto, postando aquele *story* na hora do almoço.

Recentemente, tendo em vista a onda de *fake news* que acometeu as redes sociais, a empresa de Mark Zuckerberg tomou algumas medidas para tentar conter seu avanço. As listas de transmissões, *feature* dentro do WhatsApp que permite que o usuário selecione vários contatos de uma vez para mandar a mesma mensagem, foi limitada a cinco correspondentes por vez, uma tentativa de minimizar o envio em massa de mensagens duvidosas.

E parece que o cenário muda, mas as ações são bem semelhantes. Se não estamos “doando” nossos dados para grandes empresas, temos exemplos como o governo chinês, que mantém na linha cada usuário de seu país, restringindo acesso a sites dos mais diversos, redes sociais, ferramentas de busca e *players* de filmes e músicas. No Brasil, o cenário caminha em confluência com esse movimento.

O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de países com mais tempo em redes sociais (DUARTE, 2019). Embora, de uma maneira geral, nos últimos anos esse tempo médio tenha crescido cerca de 60%, 225 minutos é o *score* brasileiro no ranking em questão. Em termos de continente, a América Latina segue campeã, liderando a média de minutos em redes sociais, deixando para trás países como Estados Unidos e Austrália.

Com tamanho nível de acesso, é de se esperar que qualquer atuação no Brasil que esteja no digital acabe alcançando uma parcela significativa da população do país, hoje perto da casa dos 210 milhões de pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019). Com tanta gente acessando redes sociais todos os dias, a todo momento, um compartilhamento qualquer já consegue atingir, se disparado corretamente, um número absurdo de usuários. Também vale ressaltar o impacto que as redes sociais têm exercido no cotidiano dos brasileiros, sobretudo na política. Grupos de diversos temas, tamanhos e abrangências estão cada vez mais populares no Brasil, tanto entre os jovens, “conectados”, quanto entre as pessoas mais velhas que também estão presentes no meio digital.

O aumento dos grupos de WhatsApp trouxe também a propagação dos diversos discursos, políticos, religiosos. Com o avanço do conservadorismo na política ocidental, valores e ideais que remetem a tempos de intolerância estão de volta, com força total. Se antes tínhamos o famoso “tio do churrasco”, incisivo, sem ligar muito para o que pensam das suas opiniões e fazendo questão de reforçar seus pontos, agora esse mesmo “tio” está muito bem representado em personalidades presentes nos mais diversos meios — artístico, cultural, político. Presidentes, senadores, prefeitos, cantores, atores, escritores.

Com figuras tão influentes proferindo os mesmos discursos e alcançando um público ainda maior, fica cada vez mais confortável estar do lado dessas personalidades. Em paralelo, o discurso de ódio tem se tornado cada vez mais comum no Brasil. Grupos de WhatsApp, como comentado anteriormente, existem. Ingressar na discussão é muito mais simples do que parece. Basta um simples link que, ao ser clicado, direciona a pessoa para esses espaços. Esses mesmos links podem ainda ser compartilhados por diversos meios e pessoas.



As redes sociais moldaram a sociedade nos últimos anos, e as relações políticas se alteram gradativamente. No Brasil, a população segue cada vez mais digitalizada, se encontrando em grupos no Facebook ou no WhatsApp, mediatizando o dia a dia no Instagram, se comunicando cada vez mais pelo meio virtual do que pelo “analógico”. Os efeitos desse movimento são diversos e com certeza serão sentidos por anos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As *fake news* vieram para ficar. O alcance, por hora ainda mensurável, já é assustador se as considerarmos como uma ferramenta de comunicação e compararmos com outras do mesmo meio. No Brasil, os ecos das eleições ainda podem ser sentidos um ano depois. Parte desses ecos são mensagens automáticas disparadas quase que em milésimos de segundos para inúmeros dispositivos ao mesmo tempo.

Em comunhão a esse movimento, o avanço dos ideais conservadores, outrora tão representativos na sociedade ocidental, hoje possuem personalidades que abraçam com força esses discursos. Donald Trump parece fazer pouco caso de seu plano de relações públicas e assessoria ao dizer o que bem entende no Twitter. Para seus apoiadores, é um ato de coragem ter o presidente de seu país dizendo abertamente o que pensa, “sendo quem ele é”. E é aí que mora o problema.

Com o avanço das redes sociais, veio também a banalização da violência, ou, como diria Hannah Arendt, a banalização do mal. Tudo se torna comum, banal, algo corriqueiro que passa com o tempo, ou simplesmente adormece ao longo dos anos na sociedade. A internet, com a promessa de dar voz aos excluídos, acabou criando um espaço extremamente peculiar, onde ser preconceituoso já não é um problema tão grande.

Quando unimos esse movimento à política, temos um uso nocivo da comunicação. Se antes havia objetivos claros de construção conjunta, de informar os fatos, de estar atento aos problemas que a sociedade por ventura apresenta, hoje a comunicação tem, em alguns aspectos, prestado um desserviço para a população, sobretudo nos países onde a democracia está ameaçada.

Em países como Polônia, Turquia e Inglaterra, os governantes têm como pauta assegurar suas posições, não se importando muito com a maneira exata de fazer isso. Como era de se esperar, o mau uso da comunicação tem afetado a opinião pública nesses países, onde também o aparelho democrático do Estado sofre ano após ano com a guinada conservadora manifestada.

Com esse cenário em vista, é preciso estar atento aos fatos. Como Alexis Wichowski (PÓS-VERDADE NA ERA, 2017) disse, a mentira é confortável, fácil de engolir, simples de comunicar. Faz-se necessária a atenção em cima de tudo que é dito, tudo que é compartilhado pelas redes sociais. As pessoas precisam estar atentas às fontes dos conteúdos que consomem todos os dias. Na velocidade em que as informações nos atingem a todo momento, no celular,

no computador, esse cuidado precisa ser ainda mais elaborado e mais bem executado pela população digitalizada.

É preciso ter muita cautela com o que se lê nos dias de hoje, principalmente porque a propagação de *fake news* é quase sempre realizada com má-fé. O jornalismo, sobretudo o investigativo, tem um papel fundamental no esclarecimento de eventuais dúvidas e problemáticas envolvendo as notícias falsas. Além disso, a sociedade tem um papel de cobrar de seus governantes por melhores informações, por um uso mais responsável e qualitativo dos dados que existem na rede. Afinal, não basta apenas haver tanta informação disponível por aí. É preciso saber usá-la.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXIS WICHOWSKI EXPLICA como as mídias sociais estão revolucionando o mundo. Fecomercio SP, 30 mar. 2016. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=aGxe5diKe8g](http://www.youtube.com/watch?v=aGxe5diKe8g)>. Acesso em: 29 set. 2019.

BALL, Terence et al. Conservatism. **Encyclopædia Britannica**, 19 jul. 2018. Disponível em: <[www.britannica.com/topic/conservatism/Conservatism-in-the-19th-century#ref237322](http://www.britannica.com/topic/conservatism/Conservatism-in-the-19th-century#ref237322)>. Acesso em: 10 set. 2019.

BBC NEWS BRASIL. Brasil é 2º em ranking de países que passam mais tempo em redes sociais. **Época Negócios**, 6 set. 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/09/brasil-e-2-em-ranking-de-paises-que-passam-mais-tempo-em-redes-sociais.html>>. Acesso em: 27 out. 2019.

BETIM, Felipe; MARREIRO, Flávia. O discurso de Bolsonaro na ONU, analisado e confrontado com dados. **El País**, São Paulo, 25 set. 2019. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250\\_255091.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250_255091.html)>. Acesso em: 20 out. 2019.

BERENDT, Joanna. Poland elections: law and justice. **The New York Times**, Varsóvia, 5 nov. 2018. Disponível em: <[www.nytimes.com/2018/11/05/world/europe/poland-elections-law-and-justice.html](http://www.nytimes.com/2018/11/05/world/europe/poland-elections-law-and-justice.html)>. Acesso em: 13 set. 2019.

BITTENCOURT, Silvia. **A cozinha venenosa: um jornal contra Hitler**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

BRIDI, Carla; GOMES, Bianca; LARA, Matheus. Radicalismo político no Brasil supera média global. **O Estado de S. Paulo**, 14 abr. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,radicalismo-politico-no-brasil-supera-media-global,70002790753>>. Acesso em: 6 out. 2019.

BOUNEGRU, Liliana et al. **A field guide to ‘fake news’ and other information disorders**. Amsterdã: Public Data Lab, 2017.

CARAPANÃ. **A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2018

DINO. 62% da população brasileira está ativa nas redes sociais. **EXAME**, 19 out. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dino/62-da-populacao-brasileira-esta-ativa-nas-redes-sociais/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

DUARTE, Fernando. Brasil é “vice” em tempo gasto em redes em ranking dominado por “emergentes”. **BBC News Brasil**, 6 set. 2019. Disponível em: <[www.bbc.com/portuguese/geral-49602237](http://www.bbc.com/portuguese/geral-49602237)>. Acesso em: 19 out. 2019.

FAKE NEWS. In: **Wikipedia**. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/Fake\\_news](https://en.wikipedia.org/wiki/Fake_news)>. Acesso em: 8 set. 2019.

FARIAS, Luiz Alberto de. **Opiniões voláteis**: opinião pública e construção de sentido. São Paulo: Ed. Metodista, 2019.

GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2018.

GARCIA, Maria Fernanda. Brasil tem a população que mais acredita em *fake news* no mundo. **Observatório do Terceiro Setor**, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-tem-a-populacao-que-mais-acredita-em-fake-news-no-mundo-2/>>. Acesso em: 6 out. 2019.

GRAGNANI, Juliana. Um Brasil dividido e movido a notícias falsas: uma semana dentro de 272 grupos políticos no WhatsApp. **BBC News Brasil**, Londres, 5 out. 2019. Disponível em: <[www.bbc.com/portuguese/brasil-45666742](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-45666742)>. Acesso em: 27 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/](http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/)>. Acesso em: 27 out. 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como morrem as democracias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LINZ, Juan José. **The breakdown of democratic regimes**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

MATHEUS, Carlos. **As opiniões se movem nas sombras**. São Paulo: Atlas, 2011.

MILITÃO, Eduardo; REBELLO, Aiuri. Rede de *fake news* com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas. **UOL**, Brasília, São Paulo, 19 set. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm>>. Acesso em: 13 out. 2019.

MOTTIRONI, Henri-Pierre. Conservative Parties and the Birth of Democracy by Daniel Ziblatt. **EuropeNow**, 1º fev. 2018. Disponível em: <[www.europenowjournal.org/2018/01/31/conservative-parties-and-the-birth-of-democracy-by-daniel-ziblatt/](http://www.europenowjournal.org/2018/01/31/conservative-parties-and-the-birth-of-democracy-by-daniel-ziblatt/)>. Acesso em: 10 set. 2019.

PEREIRA, Néli. Graças à internet, 'facilitamos muito para quem odeia', diz Leandro Karnal. **BBC News Brasil**, São Paulo, 27 jan. 2017. Disponível em: <[www.bbc.com/portuguese/brasil-38751447](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38751447)>. Acesso em: 13 out. 2019.

POLAND ELECTIONS: Conservatives secure decisive win. **BBC News**, 26 out. 2015. Disponível em: <[www.bbc.com/news/world-europe-34631826](http://www.bbc.com/news/world-europe-34631826)>. Acesso em: 13 set. 2019.

PÓS-VERDADE NA ERA da informação, por Alexis Wichowski. Fecomercio SP, 23 jun. 2017. 1 vídeo (23min14seg), son., color. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=lmDegcIAX70](http://www.youtube.com/watch?v=lmDegcIAX70)>. Acesso em: 29 set. 2019.

REDAÇÃO. Datafolha: 6 em cada 10 eleitores de Bolsonaro se informam pelo WhatsApp. **Veja**, 3 out. 2018. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/datafolha-eleitor-de-bolsonaro-e-o-que-mais-se-informa-por-redes-sociais/>>. Acesso em 13 out. 2019.

ZANINI, Fábio. Um incógnito em grupos nazifascistas de WhatsApp. **Café da Manhã**, Podcast da Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 ago. 2019. 1 áudio (23 min).